



Mircele Giaretta

**OS MONGES DE PINHEIRINHO NO VALE DO TAQUARI E
RELAÇÕES COM MOVIMENTOS MESSIÂNICOS BRASILEIROS**

Monografia apresentada no curso de graduação em história como exigência parcial para a obtenção do título de licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Luís Fernando da Silva Laroque

Lajeado, dezembro de 2011





Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (Jacques Le Goff).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me inspirado a fé, principal apoio nas constantes e turbulentas provas da vida. Assim como ter colocado em meu caminho as pessoas que a seguir menciono, bem como tantas outras que não cito aqui, porém são dignas de meus sinceros reconhecimentos pela participação na elaboração do presente trabalho.

A meu mestre e orientador professor Dr. Luís Fernando da Silva Laroque, a quem reconheço grande admiração e respeito, pela confiança desprendida, não só pela feitura deste trabalho, mas também no decorrer dos anos da vida acadêmica.

À minha mãe Gelcy, fonte inesgotável de esperança e caridade. Obrigada pelos ensinamentos que refletem no que sou e nas minhas conquistas, inclusive esta. Assim como meu pai Gilberto, exemplo de superação.

Aos meus valiosos irmãos Mariele e Felipe Henrique, pelo apoio constante no restrito tempo que passamos juntos, de imensurável importância como incentivo a seguir. Desculpem-me pelo mau humor, pela casa suja e luz acesa. Obrigada por me ouvirem, me acompanharem, por retirarem, renovarem e devolverem livros, por me ajudarem com o *pen drive* e os vírus no computador, por baixarem o volume da TV e silenciarem como tantas vezes foi necessário.

Ao meu querido e amado cúmplice, Rodrigo, meu porto seguro e companheiro de todas as horas, dos choros as risadas, das decepções as realizações. Obrigada pelo consolo, compreensão e paciência. Desculpe pela ausência, necessária para a realização desta conquista.

Minhas considerações aos meus preciosos avós, Nercilda e Adolfo, exemplo de vida a qual me inspiro. Da mesma maneira, meus estimados padrinhos, Mônica e Flávio, meus tios Joecy e Rogério, Claudio e Rosana, Simone e Airton, pelo amor dedicado a mim e meus irmãos, assim como os diferentes amparos que nos proporcionam, sem vocês muitas coisas não seriam possíveis, assim como este trabalho. Do mesmo modo meus apreços as minhas iluminadas primas, Gabriela, Bruna, Laura e Pietra, sinônimo de alegria.

Agradeço também a uma amiga muito especial, Salete, minha orientadora da escola vida, pessoa de inestimável valor, que muitas vezes me resgatou, fazendo-me voltar a ter fé e reagir. Obrigada pela confiança, pelas exceções, pelas folgas e férias encaixadas sempre em benefício de meus afazeres acadêmicos. Que Deus te ilumine sempre.

Da mesma maneira agradeço minhas colegas de academia Lucilene, Laura, Ana Paula, Emili e Maria Lisane, companheiras de angústias e alegrias, nas quais tantas vezes rimos e choramos juntas. Nosso convívio será lembrado sempre com muita saudade.

Por fim, agradeço aos professores Maribel Girelli, Mateus Dalmáz, Silvana R. Faleiro e Neli T. Machado, assim como os colegas de graduação do curso de História da Univates, meu reconhecimento pela significativa participação em minha vida acadêmica.

RESUMO

O presente trabalho analisa e estabelece relações das principais organizações messiânicas ocorridas no Brasil, Mucker, Canudos e Contestado, com um movimento ocorrido no interior do Rio Grande do Sul, Os Monges de Pinheirinho. O trabalho se fundamenta em autores como Vainfas (1997), Hermann (1997), Del Priore (1997), Eliade (1981), para análise das fontes documentais e bibliográficas pesquisadas, assim como utilização da metodologia da História Oral por meio de entrevistas. Através da pesquisa pode-se constatar que os movimentos messiânicos Mucker, sucedido no período de 1868 a 1873, Canudos de 1896 a 1897, Contestado, de 1912 a 1916, assim como o movimento dos Monges de Pinheirinho, em 1902, mesmo tendo ocorrido em períodos e regiões distintas, apresentam características similares, identificando-os como movimentos messiânicos. Ressalvamos, por fim, a análise destes movimentos considerando versões dos fatos, vencedores e vencidos e as relações que é possível estabelecer com os movimento messiânico dos Monges de Pinheirinho no Vale do Taquari.

Palavras-chave: Messianismo. Monges. Pinheirinho. História.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 ANTECEDENTES SÓCIO-POLÍTICOS DOS MOVIMENTOS MESSIÂNICOS NO BRASIL.....	17
3 MOVIMENTOS MESSIÂNICOS EM REGIÕES DO SUL E NORDESTE DO BRASIL.....	37
3.1 O movimento dos Mucker.....	37
3.2 O movimento de Canudos	45
3.3 O movimento do Contestado	51
4 OS MONGES DE PINHEIRINHO E SUAS RELAÇÕES COM OS MOVIMENTOS DOS MUCKER, CANUDOS E CONTESTADO	61
5 CONCLUSÃO	72
REFERÊNCIAS.....	75
ANEXOS	80

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos messiânicos estiveram presentes na história brasileira, manifestando-se em distintos estados do país. Dentre eles podemos apontar Mucker, Canudos e Contestado, ocorridos no decorrer dos séculos XIX e XX, possuindo algumas características ideológicas em comum e diferenciando-se em outras, mas todos eles diretamente relacionados a cultura local em que estavam inseridos.

Na obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz, “O Messianismo no Brasil e no mundo” (1976), consta que o messianismo não esteve presente apenas na história brasileira, mas também em várias partes do mundo. Nas últimas páginas de sua obra, destaca:

[...] o termo “messianismo” foi empregado para designar dois fatores sociais diferentes: 1º) a crença na vinda de um enviado divino, que trará aos homens justiça, paz e condições felizes de existência; 2º) a ação de um grupo obedecendo às ordens de um líder sagrado, que vem instalar na terra o reino da sonhada felicidade. A crença nasce do descontentamento, cada vez mais profundo, de certas coletividades, diante de desgraças ou injustiças sociais que as acabrunham; afirma formalmente a esperança numa transformação positiva das condições penosas de existência prestes a se produzir, desencadeada por um personagem divino. A crença equivale, pois, a uma tomada de consciência, ainda que vaga, de conflitos sócio-políticos, econômicos, etc.; é tornada possível devido ao tipo de religião, esta sendo a garantia de que modificações benéficas serão trazidas pelo messias ao mundo profano (QUEIROZ, 1976, p. 383).

A implantação da República no Brasil, momento em que ocorriam os principais movimentos messiânicos, aconteceu devido à crise da monarquia brasileira. O governo que encarava momentos de tensões, não conseguiu resolver seus principais problemas e a elevação de novos fluxos de pensamento político.

Destaca-se que nesse período o Brasil era a única nação americana em que permanecia o sistema monarquista. Com isso, principais esferas da sociedade apoiaram a campanha republicana com o objetivo de instituir um novo sistema de poder. Ana Luiza Martins, em sua obra “República: um outro olhar” (1989), ao expor as possíveis explicações dos monarquistas no dia seguinte à Proclamação da República, assenta:

Para os monarquistas, amargurados e refletindo seu desapontamento, a queda do regime decorria do ressentimento de dois grupos que se uniram: os militares descontentes que, a despeito de sua participação na Guerra do Paraguai, não lograram posição no poder, e os fazendeiros, lesados pela abolição da escravatura (MARTINS, 1989, p.18).

A maior parte da população brasileira vivia em estado de intensa pobreza, sem meios de sobrevivência, sem terra, sem condições básicas de trabalho e vida. A situação da população nordestina era ainda mais crítica por vários motivos, entre eles está o domínio absoluto dos coronéis e a seca. Em meio a todo esse desamparo social, não surpreende o fato de terem procurado consolo e forças para reagir contra a situação nos movimentos messiânicos.

O movimento messiânico que teve maior destaque devido suas proporções no Rio Grande do Sul foi o movimento dos Muckers no Ferrabrás, localizado no interior de São Leopoldo, nos anos de 1868 a 1873. O grupo tinha como principal líder espiritual uma mulher, Jacobina Mentz Maurer, que, junto com seu esposo João Jorge Maurer, iniciaram um movimento que cresceu rapidamente. Elma Sant’Ana (2001) ressalta que a expansão do movimento se tornou perigoso, ameaçando os valores estabelecidos na região e podendo subverter a ordem. Vários episódios entre comunidade local, poderes militares e mucker ocorreram antes das operações do poder provincial, que resultou na dizimação do movimento dos Mucker.

No norte da Bahia, entre os anos de 1896 a 1897, um grande movimento messiânico se desenvolve mais precisamente na cidade de Canudos. O movimento popular definido como a Revolta de Canudos foi liderado por Antônio Mendes Maciel, conhecido como Antônio Conselheiro. Seu discurso prometendo melhores expectativas de vida, assinalado por constantes ataques à República, atraiu cada vez mais fiéis. O governo tomou enérgicas medidas, que resultou na dizimação do movimento.

No sul do Brasil, o Contestado foi um movimento messiânico entre dois estados vizinhos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, no período de 1912 a 1916. Resultado de uma população descontente com o governo estadual e federal, lutando por terra. A maioria dos moradores da região do Contestado era de posseiros que viviam da comercialização da erva mate em terras devolutas. A privatização destas terras deixou milhares de sertanejos sem opções de trabalho, resultando em uma sociedade em crise.

No vale do Taquari, interior do Rio Grande do Sul, precisamente numa região do município que hoje pertence à Roca Sales, no ano de 1902, houve um movimento que reuniu um grupo de bandidos, “[...] assassinos, ladrões e fanáticos, e muitos outros adjetivos pejorativos se ouviam por muitos anos das pessoas que, direta ou indiretamente, foram envolvidas nos funestos acontecimentos [...]” (FERRI, 1975, p. 55). O movimento em questão tinha como líder o monge João Francisco Maria de Jesus, conhecido como monge Chico, o responsável pelas curas.

O medo do desconhecido e do incompreensível, em uma época em que as informações ocorriam de forma lenta, confusa e limitada, numa sociedade tipicamente de colonizadores italianos, fez com que a população local acreditasse que o grupo identificado como os Monges se tratava de pessoas perigosas. Com isso, medidas extremas foram tomadas para eliminá-los.

É preciso ressaltar que os movimentos messiânicos fazem parte da história do Brasil e do mundo, manifestando-se desde os povos primitivos até o período contemporâneo. Estes movimentos costumam surgir em situações em que os grupos enfrentam complexas dificuldades e procuram nas crenças religiosas a esperança de um novo tempo e motivações para lutar.

No Vale do Taquari, o movimento messiânico dos Monges de Pinheirinho teve sua atuação em breve espaço de tempo, porém, ainda faz parte das lembranças da população das cidades de Encantado, Roca Sales e Muçum, onde muitas pessoas estiveram envolvidas no episódio que acontecera há 109 anos. Naquele momento a percepção relacionada ao movimento condizia a uma ameaça à ordem e aos costumes. Entretanto, atualmente muitas pessoas conseguem compreender de outra

forma, ou seja, os Monges do Pinheirinho eram um grupo que não teve liberdade de crença.

O presente trabalho, após apresentar uma breve contextualização do período estudado, analisa e estabelece relações das principais organizações messiânicas ocorridos no Brasil, tais como Mucker, Canudos, Contestado, bem como os Monges de Pinheirinho, movimento ocorrido no interior do Rio Grande do Sul. Por muito tempo, esse tema é destacado no círculo de colegas e professores acadêmicos e até mesmo no cotidiano da sociedade como episódio local. Entretanto, o movimento, ao contrário de ser um acontecimento isolado, articula-se ao imaginário social brasileiro também presente em outras localidades e, por tratar-se de uma história pouco estudada, justifica a feitura deste trabalho. Há duas obras relacionadas ao Movimento dos Monges de Pinheirinho: “Os Monges de Pinheirinho” (1975) de Gino Ferri e “Os Monges do Pinheirinho: A outra face” (2010), de Maria Lisane Machado, mas não relacionando com os demais movimentos messiânicos brasileiros, o que entendemos como um diferencial para também justificar o trabalho.

O recorte espacial relativo ao movimento dos Monges de Pinheirinho envolve alguns dos atuais municípios do Vale do Taquari como Encantado, Muçum e Roca Sales (na linha Pinheirinho), localidades estas por onde teriam circulado integrantes do grupo messiânico. Ressalta-se que no ano de 1902, o município de Encantado pertencia a Lajeado, a cidade de Roca Sales era denominada Conventos Vermelhos e pertencia ao município de Estrela e Muçum era distrito de Guaporé. O espaço condizente ao Movimento dos Mucker é a área de colonização alemã do Rio Grande do Sul, no Ferrabraz, atualmente Sapiranga. Do Movimento de Canudos, o nordeste do Brasil, na Bahia. O Movimento do Contestado estava localizado nos estados vizinhos de Santa Catarina e Paraná.

A delimitação temporal deste trabalho corresponde ao final do século XIX e início do século XX, mais precisamente no caso do movimento dos “Monges de Pinheirinho” o ano de 1902, principalmente no decorrer do mês de maio, pois foi quando ocorreram as primeiras mortes resultantes do conflito entre Monges do Pinheirinho e um grupo de representantes das comunidades locais, bem como a chegada de um grupo da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, enviada para reprimir e acabar com o movimento. O “Movimento dos Mucker”, no período entre os anos de

1868 e 1873, por corresponder às etapas de formação, organização e dissolução. O “Movimento de Canudos” de 1896 a 1897, no qual a comunidade messiânica que vivia na cidade de Canudos, fundada pelos seguidores de Antônio Conselheiro, luta contra as forças do governo republicano. Já a “Guerra do Contestado” ocorrida entre 1912 a 1916, consistiu na luta dos sertanejos que perderam suas terras, as precárias condições de trabalho devido a empresas estrangeiras que se estabeleceram tomarem na região.

Quanto às problematizações levantadas: Quais as características em comum há entre o movimento Monges de Pinheirinho e movimentos messiânicos como Canudos, Contestado e Muckers ocorridos no Brasil? Que percepção teve a sociedade da região do Vale do Taquari, compreendida hoje pelos municípios de Encantado, Roca Sales e Muçum, do episódio ocorrido?

As hipóteses para as problemáticas apontadas são as seguintes: a) Os movimentos messiânicos ocorridos em todo o Brasil possuem algumas características ideológicas em comum e diferem-se em outras. Geralmente reúnem povos necessitados, que se colocam contra a situação político-social em que se encontram. A presença de um líder como, exemplo, Antônio Conselheiro em Canudos, monge João Maria no Contestado, Jacobina entre Muckers, monge Chico nos Monges do Pinheirinho, são elementos marcantes nos grupos que se organizavam e viviam em comunidades à espera do Salvador; b) As percepções sobre o movimento messiânico localizado na região do Vale do Taquari, no ano de 1902, ganharam formas divergentes. Para uma grande parte da população as percepções foram as piores possíveis, pois, fora algo diferente, novo, causando aflição e medo principalmente pelo desconhecimento. Já uma parcela menor e que em alguns casos participaram neste novo grupo, viu uma possibilidade de novas oportunidades para as difíceis condições que enquanto imigrantes viviam.

O objetivo geral deste trabalho consiste no estudo e relações entre movimentos messiânicos no Brasil ocorridos no período de 1868 a 1916. Os objetivos específicos do trabalho são: a) Contextualizar o período correspondente ao surgimento dos movimentos messiânicos no Brasil; b) Apresentar os movimentos messiânicos dos Mucker, Canudos e Contestado identificando características existentes entre eles; c) Analisar o que consistiu o movimento “Os Monges do

Pinheirinho” e as possíveis relações existente com os movimentos messiânicos dos Mucker, Canudos e Contestado.

Para a realização deste trabalho fez-se uso de inúmeros autores que abordam a questão dos movimentos messiânicos do Brasil. A obra de Ambrósio Schupp, em “Os Muckers: a tragédia histórica do Ferrabrás”, publicada inicialmente em 1901, trata-se de uma das versões mais antigas e publicadas sobre o episódio dos Muckes no Ferrabrás, bem como aborda aspectos relevantes sobre a imigração alemã na região de São Leopoldo.

Leopoldo Petry, na obra “O Episódio do Ferrabraz: Os Muckers”, publicado em 1966, oferece uma versão que contesta a concepção do padre Schupp. Considera os colonos que aderiram à seita de Jacobina desamparados religiosamente e com grandes dificuldades de sobreviver no local em que residiam devido a falta de assistência.

Gino Ferri, no trabalho “Os Monges do Pinheirinho” (1975), relata a história do movimento messiânico ocorrido no interior do Rio Grande do Sul, no ano de 1902, mais precisamente no Vale do Taquari, envolvendo os municípios que correspondem hoje às cidades de Roca Sales, Encantado e Muçum. Inicialmente expõe um sucinto resumo dos movimentos dos Mucker e Canudos.

A história da presença do movimento dos Monges do Pinheirinho na região é contada nesta obra, baseada em relatos orais de familiares e amigos. O autor estuda a história do movimento desde a chegada dos seus integrantes no Vale do Taquari, até o término dos conflitos, apresentando a posição da vila de Encantado da época e dos combatentes do movimento.

Janaína Amado, em “Conflito social no Brasil: a revolta dos Muckers”, publicado em 1978, analisa a história do movimento messiânico do Rio Grande do Sul. A autora relata a história de imigrantes alemães moradores do interior de São Leopoldo e que de 1868 a 1873 conhecem uma nova crença propagada por João Carlos Maurer e por sua mulher Jacobina.

Segundo Amado, esse grupo denominado Muckers foi perseguido pelas autoridades locais, sendo eles acusados de vários acidentes que ocorrerem em

1873 na região de São Leopoldo. Com isso, a relação entre comunidade e os muckers tornou-se insustentável. O resultado foi o enfrentamento com o auxílio de tropas do Exército e da Guarda Nacional, houve resistência e o desfecho final resultou na morte e perseguição de muitas pessoas.

Em um trabalho que aborda características básicas dos movimentos religiosos no começo da República, Jacqueline Hermann, em “Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado” (2003), analisa os principais movimentos messiânicos brasileiros abordando as visões e teorias apresentadas por sociólogos, historiadores e antropólogos. Os resultados dos estudos apresentam explicações e interpretações relativas aos movimentos messiânicos de Juazeiro, Canudos e Contestado.

O artigo de Denise Scheid, “Monges de Pinheirinho conflito social e messianismo no Vale do Taquari”, (2003), procura esclarecer os motivos pelos quais se desenvolveu determinado conflito. Enfatiza a questão das terras da região de Encantado, como se deu a ocupação destes espaços pelos imigrantes italianos.

Outra questão muito presente no estudo de Scheid é a Revolução Federalista de 1893, segundo a autora “a Vila de Encantado, pelo fato de estar distante de outros povoados da região, tornou-se um reduto federalista” (2003, p.72), pois o governo do estado não fazia questão de atender as reclamações da população de Encantado. Para Scheid a região do Vale do Taquari não participou dos combates da Revolução Federalista, “porém, pelo fato dessa região ser produtora de víveres e de criação de gado para subsistência e transporte, logo despertou interesse tanto de maragatos como de federalistas” (2003, p.72).

Maria Lisane Machado, no seu estudo monográfico “Os Monges do Pinheirinho: A outra face”, (2010), elabora um sucinto esboço sobre os principais movimentos messiânicos da história do Brasil. Direciona seu foco de estudo para o movimento dos monges do Pinheirinho, no qual defende a ideia de que não se tratava de um grupo que apresentava perigo a população, e sim, uma confraria com uma nova crença.

Para o desenvolvimento da pesquisa no que se refere à elaboração, aplicação e análise das entrevistas realizadas, nos valem da história oral, embasando-nos

em trabalhos como: “História e Memória” (1924), de Jacques Le Goff, “História e memória: a problemática da pesquisa” (2004) de Loiva Otero Félix e a obra “A voz do passado: história oral” (1992), de Paul Thomsopn. Recorremos a duas fontes orais, onde procedemos com a devida cautela e após um primeiro contato e conversa formulamos questões para a realização de entrevistas, que foram transcritas e autorizadas pelos entrevistados.

Também foram utilizados fontes documentais referentes ao confronto de um grupo da Brigada Militar com os monges do Pinheirinho, os quais se encontram no Arquivo Histórico da Brigada Militar no Rio Grande do Sul, localizado, em Porto Alegre. O Jornal *O Taquaryense*, fundado em 1887, também foi pesquisado, principalmente o ano de 1902, período em que ocorreu o movimento dos Monges de Pinheirinho, e da mesma forma o *Jornal Do Commercio* de Porto Alegre.

Como referencial teórico para análise das informações sobre os movimentos messiânicos, nos embasamos em Maria Isaura Pereira de Queiroz, em “O messianismo no Brasil e no mundo” (1976), que estuda características comuns dos movimentos de diferentes partes do mundo, desde os grupos ameríndios do Oeste Americano até as populações tradicionais africanas. A segunda parte da obra de Queiroz é dedicada aos movimentos messiânicos brasileiros definidos como movimentos “rústicos”, na qual aborda e analisa os principais movimentos messiânicos do Brasil.

Um outro autor é Ronaldo Vainfas, “História das Mentalidades e História Cultural” (1997), incluído na obra “Domínios da História: Ensaio de teoria e Metodologia”, organizado por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas. No trabalho em questão Vainfas analisa a trajetória da história das mentalidades, que trata de temas como religiosidade, sentimentos e rituais, abordagens e análise da escola dos Annales. O estudo aponta alguns autores que criticaram a história das mentalidades e apresenta diferenças entre a história marxista e história dos Annales, considerando-se que o foco dos Annales sobre o econômico é relativamente fraco se comparado ao foco marxista. Vainfas apresenta a história cultural como relevante ao estudo das mentalidades, surgindo como alternativa de ajuste as possíveis dificuldades enfrentadas por esta abordagem historiográfica.

Jacqueline Hermann, no estudo “História das Religiões e Religiosidades” (1997), também incluído na obra “Domínios da História: Ensaio de teoria e Metodologia”, organizado por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, discute sobre a história das religiões que se fundamentou como disciplina no início do século XIX, destinada a pesquisar as “sociedades naturais”. Para os chamados grupos “primitivos”, a autora considera as crenças religiosas fundamentais para a sua organização. O texto apresenta os primeiros profissionais que se dedicaram ao estudo das religiões e suas principais considerações sobre a temática. Nomes como Comte, Spencer, Darwin, Max Weber, Karl Marx, Engels e Émile Durkheim são apontados por Hermann como estudiosos que chegaram a conclusões parecidas ou divergentes sobre a temática religiosa. A historiografia brasileira também é mencionada pela autora no que se refere ao messianismo presente em alguns movimentos sociais de cunho religioso, os quais são analisados por sociólogos e antropólogos.

Em “História do cotidiano e da vida privada” (1997), de Mary Del Priore, incluído na obra “Domínios da História: Ensaio de teoria e Metodologia”, organizado por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, temos uma explicação sobre aspectos da vida privada que retrocede ao século XVIII. Sabe-se que neste momento ocorre uma ampliação da vida social e também da vida privada, familiar e pública, acarretando uma nova organização de espaço físico do cotidiano considerando o contexto. As problemáticas de Jacques Le Goff, Fernand Braudel, Georges Duby, entre outros autores, são apresentadas por Del Priore, e a relevância destes estudiosos para o estudo do cotidiano e da vida privada.

A obra de Mircea Eliade, “Lo Sagrado y lo profano” (1981), no capítulo I - “El espacio sagrado y La sacralización Del mundo”, apresenta a idéia da existência de um espaço sagrado e de um espaço profano. Para o homem religioso o espaço sagrado constitui um “ponto fixo” que orienta suas ações. Já para o homem considerado não religioso, conhecido como profano este espaço é homogêneo e neutro. No entender de Eliade as sociedades tradicionais consideram a constituição do espaço, que seria composta pelo “Cosmos”, “o mundo”, criado pelos deuses é a via de comunicação entre os homens e os deuses. Por outro lado a constituição de espaço definida como “Caos”, também pode remeter a um mundo desconhecido.

Este trabalho além da introdução, conclusão, referências e anexos, encontra-se dividido em três capítulos. Um deles contextualiza a história brasileira referente ao final do século XIX e início do século XX, momento de intensas transformações políticas e sociais no Brasil. Ressaltando que foi neste cenário que tivemos os movimentos de cunho messiânico como “Mucker”, “Canudos”, “Contestado” e “Monges de Pinheirinho”.

O outro capítulo “Movimentos messiânicos em regiões do sul e nordeste do Brasil” analisa, contextualiza e relaciona os movimentos abordados: O Mucker ocorrido entre os anos de 1868 a 1873, numa região de colonização alemã, carente de auxílios econômico-sociais; o de Canudos, no período de 1896 a 1897, na Bahia, momento em que a população dos sertões era caracterizada pela pobreza e desamparo; o do Contestado, entre os anos de 1912 a 1916, ocorrido nos estados vizinhos de Paraná e Santa Catarina, onde a principal questão era a privatização das terras. As novas práticas religiosas originadas em cada um destes movimentos ganharam força devido ao contexto, seus desdobramentos consistiram em conflitos entre o grupos messiânicos, a comunidade e as forças governamentais.

O último capítulo “Os Monges de Pinheirinho e suas relações com os movimentos dos Mucker, Canudos e Contestado” apresenta a história dos Monges de Pinheirinho, no ano de 1902, movimento messiânico ocorrido no interior do Rio Grande do Sul. Instalado em uma região de colonização italiana, não foi bem aceito pela população local, diversos acontecimentos originam-se a partir desta situação, que são analisados e relacionados com os movimentos messiânicos Mucker, Canudos e Contestado.

2 ANTECEDENTES SÓCIO-POLÍTICOS DOS MOVIMENTOS MESSIÂNICOS NO BRASIL

Este capítulo se propõe a contextualizar a história brasileira referente ao final do século XIX e início do século XX, momento de intensas transformações políticas e sociais no Brasil, destacando movimentos de cunho messiânico, tais como: “Revolta dos Mucker”, ocorrido entre os anos de 1868 e 1873 na área de colonização alemã do Rio Grande do Sul; “Guerra de Canudos”, sucedido na Bahia e liderado por Antônio Mendes Maciel no período de 1896 a 1897; “Os Monges de Pinheirinho”, ocorrido em uma localidade no interior do Rio Grande do Sul, no Vale do Taquari, atuando entre os anos de 1900 a 1902; “Guerra do Contestado”, em território fronteiro de Santa Catarina e Paraná, no período de 1912 a 1916.

No Brasil oitocentista, caracterizado pelo surgimento desses movimentos, o episódio que teve maior proeminência, devido as suas proporções no Rio Grande do Sul, foi a revolta dos Mucker, no Ferrabrás, entre os anos de 1868 a 1873. A referida localidade encontra-se no interior de São Leopoldo-RS, a região que foi ocupada essencialmente por alemães que chegaram ao Brasil por volta de 1824.

A situação dos alemães do Ferrabrás, distanciados de assistência básica, era muito difícil, o governo não os auxiliava, semelhante ao que fizera com os primeiros imigrantes alemães. Neste contexto de desamparo social, político e econômico, grande parte da população encontrou amparo em um grupo denominado Mucker.

Os grupos de imigrantes alemães eram seduzidos por ofertas tentadoras do governo brasileiro, promessas de melhores condições de trabalho e vida para um

povo que sofria com o quadro socioeconômico dos países de origem. A obra de Núncia Santoro de Constantino, “Imigrantes italianos: partir, transitar, chegar (1889-1930)”, (2007), que estuda a questão da imigração, informa que a entrada de estrangeiros na América do Sul era consequência de “fatores de atração resultante da implementação de políticas imigratórias nos primeiros tempos republicanos” (2007, p. 400). Entretanto, as condições oferecidas pelo Brasil a essas pessoas não correspondiam ao que fora prometido antes de sua chegada, causando muito descontentamento a esses estrangeiros.

Particularmente, em relação ao movimento dos Mucker, no Ferrabraz, dois principais membros compunham o mesmo: a líder espiritual, Jacobina Mentz Maurer que, desde muito jovem, apresentava problemas de saúde e João Jorge Maurer, casado com Jacobina, que curava com a ajuda de ervas. Segundo Petry, (1966, p. 29), João Jorge Maurer, “[...] tornou-se conhecido na região colonial pelas curas realizadas e pelas prédicas religiosas e explicações da Bíblia que sua mulher Jacobina ministrava aos doentes, os quais, de diversas picadas, e mesmo de outras cidades, acorriam ao Ferrabraz”. Unidos, começaram um movimento que cresceu rapidamente, característica dos movimentos messiânicos. No entender de Elma Sant’Ana (2001, p. 27), o crescimento do movimento se tornou perigoso, ameaçando os valores estabelecidos na região e poderia subverter a ordem.

A população do distrito de São Leopoldo se repartia entre aderentes e contrários ao movimento, acarretando, conseqüentemente, conflitos entre os Mucker e seus opositores. Não demorou muito para que alguns membros do movimento fossem presos, porém, devido à falta de provas consistentes para os manterem na carceragem, logo foram postos em liberdade.

Inúmeros atentados contra a comunidade foram atribuídos aos Mucker. Devido a isto, recorreu-se ao auxílio de militares que, ao entrarem em conflito com aqueles, foram derrotados:

Em toda trajetória dos Mucker, os colonos recorrem sempre às autoridades de São Leopoldo e à administração do país para se defenderem; foi um único momento de desespero que revidaram e tentaram fazer justiça, depois que incêndios devoraram várias habitações e vitimaram velhos e crianças (QUEIROZ, 1966, p. 309).

Após algumas batalhas, que analisaremos no próximo capítulo, ocorreu em 2 de agosto de 1874, o último combate, tendo como vencedores as forças de Francisco Clementino e San Tiago Dantas, que defendiam o restabelecimento da ordem. Os muckers sobreviventes tiveram diversos destinos: alguns conseguiram fugir, reaparecendo mais tarde em outras regiões, enquanto outros foram presos, mas logo em seguida soltos. Entretanto, a vida dessas pessoas nunca mais pôde ser normal.

Já com relação ao contexto econômico brasileiro, no final do século XIX, o café surge como o principal produto de exportação. O Vale do Paraíba, berço das primeiras produções de café, oferecia condições favoráveis para o plantio dos grãos e para seu escoamento. A economia nacional alterava-se, trazendo desenvolvimento para determinadas regiões brasileiras. Desta forma, destaca Pesavento:

Ao longo do século XIX, o desenvolvimento da agroexportação, baseada no café, foi capaz de gerar uma série de transformações na estrutura tradicional montada no país desde os tempos da colonização. Dominando o mercado mundial, as exportações nacionais do café foram capazes de fazer o Brasil acumular divisas, que se distribuíram internamente em efeitos multiplicadores e dinamizadores da estrutura econômica. Tais transformações econômico-sociais acabariam por promover a internalização do capitalismo no Brasil (PESAVENTO, 2002, p. 63).

Leonardo Trevisan, em sua obra “A República Velha” (1982, p.27), considera o café como “grande riqueza nacional”, sendo o Brasil o seu maior produtor. Portanto, era o café o responsável pelo movimento da economia nacional em uma época de intensas perturbações.

As fazendas de café exigiam um investimento considerável do produtor, que disponibilizava do terreno ainda intacto para ser trabalhado para o plantio. Inicialmente, o trabalho nas fazendas era feito por escravos, porém, mais tarde, fora substituído por imigrantes italianos:

Durante quase todo o período monárquico, o cultivo do café foi feito com o emprego de técnicas muito simples. Algumas dessas técnicas de uso do solo, ou, em certos aspectos, de depredação do solo, existem até hoje. A produção era extensiva, isto é, não havia interesse ou preocupação com a produtividade da terra. Esgotado o solo, pela ausência de adubos e outros cuidados, estendia-se o cultivo a novas áreas, ficando a antiga em abandono, ou destinada a roças de alimentos (FAUSTO, 2002a, p. 187).

A população norte-americana era grande consumidora de café, exportado do Brasil. A Europa também fazia parte do mercado externo brasileiro, porém, com quantidades mais modestas.

O café, importante produto brasileiro entre os séculos XIX e XX, movimentou a economia e as estruturas do país. Segundo Boris Fausto, no livro “História do Brasil” (2002a), o café fez com que o núcleo de produção do país se deslocasse para o centro-sul. Devido às ações do produto, “aparelharam-se portos, criaram-se empregos e novos mecanismos de crédito, revolucionaram-se os transportes” (FAUSTO, 2002a, p. 190). Neste momento, o nordeste enfraqueceu e o centro-sul insurgiu.

O Estado de São Paulo, possuidor de terras não cultivadas, foi o grande produtor da economia cafeeira no Brasil uma vez que “[...] a economia do Oeste Paulista foi favorecida pela disponibilidade de terras. Outros fatores concorrem para explicar sua trajetória ascendente, dizendo respeito ao meio físico, à tecnologia e ao momento histórico” (FAUSTO, 2002a, p.202). As necessidades geradas pela presença do café acabaram atraindo o desenvolvimento para o Estado.

A mão-de-obra escrava teve significativa participação na produção do café, imprescindível para a prosperidade do país. Porém, ideias contrárias à escravidão brotavam com o alvorecer da independência.

Segundo Boris Fausto (2002a), em 7 de novembro de 1831, foi criada uma primeira lei com rigorosas penas aos traficantes de escravos além de libertar todos os negros que entrassem no Brasil a partir daquela data: “A lei foi aprovada em um momento de temporária queda no fluxo de escravos. Logo depois, o fluxo voltou a crescer e os dispositivos da lei não foram praticamente aplicados” (FAUSTO, 2002a, p. 194). Como é possível perceber, havia uma legislação aprovada, porém, não foi cumprida.

Neste momento, a monarquia brasileira estava extremamente dependente do sistema escravocrata. Sobre esta questão Martins afirma o seguinte:

Para a Monarquia, a manutenção da escravidão estava insustentável. A começar pela pressão do capitalismo industrial, via Inglaterra, que ávida de mercados consumidores, mas alegando razões humanitárias, queria a emancipação do negro. Por outro lado, o regime escravo constituía-se na

própria base da Monarquia, sem a qual o Império não se sustentaria, assentando que estava naquelas relações de trabalho escravista (MARTINS, 1989, p. 56).

Pressionado pela poderosa Inglaterra, grande traficante negreiro, em 1850, a Assembleia-Geral do Brasil consagrou a Lei Eusébio de Queiroz, a qual abolia o tráfico de negros. Com isso, conforme Boris Fausto, (2002a, p.195), “A entrada de escravos no país caiu de cerca de 54 mil cativos. Em 1849, para menos de 23 mil; em 1850; e em torno de 3 300, em 1851, desaparecendo praticamente a partir daí”. Contudo, ainda seria necessário muito tempo para o banimento efetivo da escravidão.

No mesmo ano em que se extinguia o tráfico negreiro, foi aprovada a Lei de Terras, de 1850. Através dela, ficou determinado que as terras públicas devolutas não deveriam mais ser doadas ou ocupadas, mas sim vendidas. Nota-se que a mencionada lei foi elaborada com o intuito de se precaver futuramente que os negros e os futuros imigrantes tomassem posse de terras.

Pressões abolicionistas começavam a se fazer presentes nesta época, como por exemplo, ideias defendidas por Joaquim Nabuco e José do Patrocínio. Com isso, em 1871, foi promulgada a Lei do Ventre Livre, a qual estabelecia que filhos de escravos nascidos a partir daquela data seriam livres. Tão ineficiente quanto a anteriormente citada, a Lei dos Sexagenários, aprovada em 1885, consistia na emancipação dos escravos acima de 60 anos.

As campanhas abolicionistas com intenso apoio popular alcançaram seu auge no ano de 1880. É importante também ressaltar que a população negra não aceitava a situação passivamente, pelo contrário, ela compactuava com associações de apoio aos escravos, demonstrando sua insatisfação através de fugas solitárias ou mesmo em massa.

Com o intuito de libertar todos os escravos, no dia 13 de maio de 1888 foi assinada pela Princesa Imperial Regente, Isabel, a Lei Áurea. Com isso, os escravos estariam livres de seus senhores, porém sem maiores condições de sobrevivência. Através da Lei Áurea, foi garantido ao escravo o direito de ser cidadão, mas a grande maioria não teve possibilidade de praticar este direito, devido à falta de estrutura social:

O problema social da escravidão, o problema da incorporação dos ex-escravos à vida nacional e, mais ainda, à própria identidade da nação, não foi resolvido e mal começava a ser enfrentado. Os abolicionistas mais lúcidos, os reformistas monárquicos, tinham proposto medidas nesta direção, como a reforma agrária e a educação dos libertos. Mas no curto período de um ano entre a Abolição e a República nada foi feito, pois o governo imperial gastou quase toda sua energia resistindo aos ataques dos ex-proprietários de escravos que não se conformavam com a abolição sem indenização (CARVALHO, 1990, p. 24).

Sobre referida questão, Fausto salienta:

Apesar das variações de acordo com as diferentes regiões do país, a abolição da escravatura não eliminou o problema do negro. A opção pelo trabalhador imigrante, nas áreas regionais mais dinâmicas da economia, e as escassas oportunidades abertas ao ex-escravo, em outras áreas, resultaram em uma profunda desigualdade social da população negra (FAUSTO, 2002a, p. 221).

Com a extinção da escravidão, uma nova mão-de-obra deveria ser implantada, com isso, desde 1887 até 1930, adentraram no Brasil milhões de imigrantes italianos: “Os italianos foram a principal etnia que favoreceu mão-de-obra para a lavoura de café. Entre 1887 e 1900, 73% dos imigrantes que entraram no Estado de São Paulo eram italianos, embora nem todos tenham-se fixado na agricultura” (FAUSTO, 2002a, p. 279). Inicialmente, os imigrantes se direcionaram para as “regiões Centro-Sul, Sul e Leste”, deparam-se com inúmeras dificuldades, contrárias às expectativas de uma nova vida (FAUSTO, 2002a, p.276).

Boris Fausto (2002a, p. 276) classifica os três maiores grupos de imigrantes no Brasil como “etnias majoritárias”. Destaca, em primeiro lugar, os italianos com 35,5 % do total de imigrantes, seguidos pelos portugueses com 29% e em terceiro os espanhóis, com 14,6%. Ainda enfatiza como grupo menor, porém, não menos importante, os japoneses concentrados na região de São Paulo. Os sírio-libaneses e judeus são considerados por Fausto, grupo “minoritários importantes”:

Em um século, isto é, entre 1860 e 1960, cerca de 20 milhões de pessoas emigraram da Itália e mais de sete milhões estabeleceram-se definitivamente no exterior. Os fluxos emigratórios ampliaram-se com a abertura das rotas transoceânicas, no último quartel do século XIX, e com o concomitante crescimento da demanda por trabalhadores nos países americanos, em acelerado processo de transformação (CONSTANTINO, 2007, p. 396).

Os imigrantes, tanto europeus como asiáticos, contribuíram significativamente na formação das culturas dos estados brasileiros. Influenciando em aspectos que podem ser identificados até os dias atuais. A luta destes povos que foram recebidos sem nenhum amparo merece reconhecimento pela ajuda na construção do Brasil.

Retomando o tema abolição da escravidão, nota-se que Elio Chaves Flores, (2003), num apontamento relacionado ao momento da abolição da escravidão, já se percebe certa instabilidade relacionada ao governo do Império brasileiro: “Não se pode esquecer que a Monarquia era o sustentáculo da escravidão e que as instituições monárquicas, entre elas o poder moderador, foram se tornando arcaicas na medida em que se aproximava o fim do século XIX” (FLORES, 2003, p. 51).

Outra situação que demonstra o descontentamento relacionado ao Império brasileiro foi a publicação do Manifesto Republicano, no jornal *A República*. Ana Luiza Martins, em sua concepção, afirma que o conteúdo não era alarmante, pois o “Manifesto de 1870 era um documento morno” (MARTINS, 1989, p. 44). O texto consistia em uma crítica leve à monarquia brasileira, que acabou interessando a algumas pessoas.

Pouco tempo depois, começaram a surgir os partidos republicanos. Renato Lessa aponta em sua obra “A Invenção da República” (1988), uma análise do conteúdo do Manifesto:

Do ponto de vista retórico, o Manifesto adotou tom moderado e inespecífico, buscando não impedir a adesão de liberais descrentes da monarquia e de escravocratas descontentes com a política abolicionista do Império. É curioso notar que, no texto, quando são feitas críticas do sistema monárquico brasileiro, apela-se para citações de eminentes monarquistas, como Eusébio de Queirós, membro da vetusta “Trindade Saquarema” – a “extrema direita” conservadora, que incluía também os Viscondes de Uruguai e Itaboraí. As propostas apresentadas, e que “só poderiam ser implementadas com a República”, incluíam: soberania do povo, democracia, governo representativo e responsável e federalismo. É inútil procurar no Manifesto de 1870, e nos outros que lhe seguiram, maior detalhamento (LESSA, 1988, p. 60).

O movimento republicano, na concepção de Boris Fausto, (2002a, p. 227), “[...] nasceu em 1870 no Rio de Janeiro [...]”, composto por membros “[...] defensores de uma revolução popular como caminho para se chegar à República [...]”. Além de cafeicultores paulistas, o partido contava com profissionais liberais, que, juntos, acabaram conquistando a classe média.

Dois fatores contribuíram para a deterioração do regime imperial: a questão religiosa e a militar. O Estado e a Igreja Católica encontravam-se interligados devido a Constituição de 1824. A mesma submetia a Igreja Católica ao Estado, o qual tinha a função de pagamento dos padres e da nomeação dos bispos.

Militares e monarquia entraram em conflito no ano de 1883, quando o tenente-coronel Sena Madureira, comandante da Escola de Tiro de Campo Grande, homenageou um líder de grupo de jangadeiros que tiveram atitudes favoráveis à abolição. Como penalidade, o comandante foi transferido para o Rio Grande do Sul onde publicou artigos contra a escravidão:

Ao lado do caso Sena Madureira, havia outros gerando polêmicas nos jornais. O ministro da guerra assinou então uma ordem em que proibia militares de discutir pela imprensa questões políticas ou da corporação. Os oficiais, sediados no Rio Grande do Sul, realizaram uma grande reunião em Porto Alegre, protestando contra a proibição do ministro. Deodoro da Fonseca, na presidência da Província do Rio Grande do Sul, recusou-se a punir os oficiais, sendo chamado ao Rio de Janeiro. Afinal, surgiu uma fórmula conciliatória, favorável aos militares. Revogou-se a proibição e o gabinete foi censurado pelo Congresso (FAUSTO, 2002 a. p. 234).

Com isso, os militares ficaram cada vez mais desgostosos com a política da monarquia. O positivismo que, além de defender o estabelecimento da República, era contra o liberalismo e a monarquia, acabou atraindo militares brasileiros à nova ideologia. Como assenta José Murilo de Carvalho:

Um grupo social que sentiu particularmente atraído por essa visão da sociedade e da república foi a dos militares. O fato é extremamente irônico, de vez que, de acordo com as teses positivistas, um governo militar seria uma retrogradação social. [...] Acontece que os militares tinham formação técnica, em oposição à formação literária da elite civil, e sentiam-se fortemente atraídos pela ênfase dada pelo positivismo à ciência, ao desenvolvimento industrial (CARVALHO, 1990, p. 27-28).

Segundo Boris Fausto, os líderes dos partidos republicanos de diferentes estados há tempos se reuniam para tramarem um estabelecimento de República. Com isso:

A 11 de novembro de 1889, figuras civis e militares, como Rui Barbosa, Benjamin Constant, Aristides Lobo e Quintino Bocaiuva reuniram-se como o marechal Deodoro, tratando de convencê-lo a liderar um movimento contra o regime. A participação de Deodoro era importante como figura conservadora e de prestígio no Exército. Ele resistia por ser amigo do imperador e não gostar da presença de paisanos na conspiração. O problema lhe parecia de ordem estritamente militar. Mas uma série de

boatos espalhados pelos jovens militares, falando da prisão de Deodoro, da redução dos efetivos ou mesmo da extinção do Exército, levou Deodoro a decidir-se pelo menos a derrubar Ouro Preto (FAUTO, 2002a, p. 234-235).

No dia 15 de novembro de 1889, com marechal Deodoro da Fonseca na liderança, republicanos aplicam um golpe decisivo contra a monarquia e, com isso, foi proclamada a República no Brasil. Segundo o ministro do Governo Provisório Aristides Lobo, “o povo assistiu bestializado”, pois ficou surpreso com o acontecimento, do qual não participou.

A declaração da República despertou no imaginário popular, através das gravuras e telas elaboradas pelos republicanos retratando o momento histórico, uma atitude heróica e de admiração. A imagem da República foi representada por uma figura feminina que “[...] foi objeto de inúmeras ilustrações da época. Pelos republicanos, era representada como deusa e mulher ideal, condutora do povo, figura maternal; pelos monarquistas transformava-se em imagem ameaçadora, associada à desordem, pouco respeitável [...]” (MARTINS, 1989, p. 13). Outra atuação dos republicanos referente à simbologia da nova forma de governo foi a formulação do hino e da bandeira, como assenta Carvalho:

A batalha em torno da simbologia republicana deu-se também em relação à bandeira e ao hino. Não podia ser de outra maneira, de vez que são esses tradicionalmente os símbolos nacionais mais evidentes, de uso quase obrigatório. A luta pelo mito de origem, pela figura do herói, pela alegoria feminina, era parte importante na legitimação do novo regime e, talvez, mais reveladora por não se tratar de exigência legal. Mas era luta de resultado menos conclusivo, pois não decidia da representação simbólica oficial da República. Era batalha de contornos indefinidos, de frentes móveis, de duração imprecisa. Não foi assim com a bandeira e o hino. De adoção e uso obrigatórios, esses dois símbolos tinham de ser estabelecidos por legislação, com data certa. Era batalha decisiva (CARVALHO, 1990, p. 109).

De fato, os anos porvindouros à Proclamação da República foram de muita insegurança, considerando as disputas existentes dentro do próprio governo. Remetendo-se à transição de Monarquia para República. Sobre isto que “fato, muitas tradições e costumes dos 67 anos de regime monárquico (1822-1889) não seriam tão facilmente removidos com a proclamação da República, daí as violentas discussões e as disputas políticas entre os anos de 1889 e 1895” (FLORES, 2003, p. 52). De fato, a República não se efetivou de um ano para outro, foi necessário muito tempo de intensas perturbações para se concretizar o conceito de República.

A implantação da República no Brasil, momento em que ocorriam os principais movimentos messiânicos, ocorreu devido à crise da monarquia brasileira que encarava momentos de tensões, não conseguindo resolver seus principais problemas, e a elevação de novos fluxos de pensamento político. Em análise ao período referido, Micael M. Herschmann e Carlos Alberto Messeder Pereira, no livro “A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20/30”, informam:

À medida que se aproxima o fim do século XIX, o bacharel/burocrata (importante segmento intelectual até então) e a elite imperial já não conseguem levar a cabo a tarefa de acompanhar o ritmo do comércio mundial. Agravava-se um quadro de incompatibilidade motivado pela necessidade de integração a economia de mercado sem que, entretanto, tivesse havido a destruição da base conciliadora -o poder moderador- do Império (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994, p. 21).

Considera-se que, nesse período, o Brasil era a única nação americana em que permanecia o sistema monarquista. Com isso, principais esferas da sociedade apoiaram a campanha republicana com o objetivo de instituir um novo sistema de poder. Ana Luiza Martins expõe as possíveis explicações dos monarquistas no dia seguinte à Proclamação da República:

Para os monarquistas, amargurados e refletindo seu desapontamento, a queda do regime decorria do ressentimento de dois grupos que se uniram: os militares descontentes que, a despeito de sua participação na Guerra do Paraguai, não lograram posição no poder, e os fazendeiros, lesados pela abolição da escravatura (MARTINS, 1989, p. 18).

Renato Lessa (1988, p. 76) ressalta que no texto da divulgação do primeiro decreto, após proclamação da República, constava “[...] as primeiras intenções, incertezas e paradoxos inaugurais da nova ordem”. Contendo a nova definição do nome do País, Estado Unidos do Brasil, assim como a nova forma de governo definida como República Federativa, que correspondia às velhas províncias reunidas pela ligação da federação. Segundo o texto, os estados passam a ter autonomia para decretar sua constituição definitiva, elegendo os seus governos. Por fim, a afirmação de que o país será governado por um “Governo Provisório”, com poderes de interferência.

Sobre o Governo Provisório, Renato Lessa aponta:

Enquanto durou (de 15/11/1889 a 23/2/1891), o Governo Provisório teve diante de si uma ampla quantidade de tarefas, suscitadas pela súbita desrotinização da política. Aos dilemas provocados pela opção pelo federalismo, o governo acrescentou em sua agenda problemas ligados ao seu próprio funcionamento interno. Ao mesmo tempo em que era obrigado a reconstruir os mecanismos de poder nos estados e subordiná-los a uma ordem nacional, o governo, em função da concentração em suas mãos de atribuições executivas e legislativas, não poderia operar sem que definisse seu modo de funcionamento (LESSA, 1988, p. 81).

Dentre tantas outras mudanças, com a introdução do novo governo, a Constituição de 1824 foi extinta, sendo administrado através de decretos-leis. Devido a desacordos de ideias entre republicanos, referentes à nova forma de governo, Deodoro da Fonseca convocou uma constituinte em junho de 1890.

Sobre isto, Boris Fausto ressalta:

Os partidários da República liberal apressaram-se em garantir a convocação de uma Assembleia Constituinte, temerosos do prolongamento de uma semiditadura sob o comando pessoal de Deodoro. O novo regime fora recebido com desconfiança na Europa. Como dizia Rui Barbosa – Ministro da Fazenda do Governo Provisório -, era necessário dar uma forma constitucional ao país para garantir o reconhecimento da República e a obtenção de créditos do exterior (FAUTO, 2002a, p. 249).

Inspirada nos moldes norte-americanos, a primeira Constituição da República foi anunciada no dia 24 de fevereiro de 1891. Ficou estabelecido através dela a existência dos três poderes; Executivo, Legislativo e Judiciário, determinando o novo governo como sistema presidencialista e marcando a separação oficial entre Estado e Igreja.

O primeiro presidente da República após a nova Constituição, marechal Deodoro da Fonseca, eleito pela Assembleia, atuou em uma gestão curta, interrompida por desacordos com o Congresso. Em novembro de 1891, Deodoro deixa o cargo sendo empossado como novo presidente marechal Floriano Peixoto.

Enquanto isso, fase de transição entre os dois governos, ocorria no Brasil a política de “encilhamento”, causadora de alta inflação e instabilidade no mercado, causadora de uma crise. Sandra Jatahy Pesavento descreve esta crise da seguinte forma:

[...] política econômico-financeira levada a efeito pelo governo federal entre os anos de 1891 e 1894, caracterizara-se pela ampliação do meio circulante do país através da emissão de dinheiro e pela ampliação do crédito,

medidas estas postas em prática para satisfazer as necessidades do café e de uma economia que passava a basear-se no trabalho assalariado (PESAVENTO, 1998. p. 18).

O governo de Floriano Peixoto “[...] encarnava uma visão da República não identificada com as forças econômicas dominantes. Pensava construir um governo estável, centralizado, vagamente nacionalista, baseado, sobretudo, no Exército e na mocidade das escolas civis e militares” (FAUSTO, 2002a, p. 254). Este pensamento de Peixoto causou um clima político enfadonho entre os setores.

Durante o referido governo, mais precisamente fevereiro de 1893, estoura no Rio Grande do Sul, região politicamente instável, a Revolução Federalista. O confronto ocorreu entre dois grupos, de um lado os federalistas chamados de maragatos e de outro os republicanos designados pica-paus. Os revoltosos exigiam a saída do governador Júlio de Castilhos, limitação dos domínios do presidente e criação do parlamentarismo. Referente à Revolução Federalista, temos:

Entretanto, a maior contestação ao governo gaúcho deu-se por ocasião da Revolução Federalista, que assolou o estado de 1893 a 1895, registrando atos de extrema violência de ambas as partes. Os ex-liberais articularam-se em torno de seu líder Gaspar Silveira Martins que, em 1892, retornava do exílio na Europa, formando em Bagé o Partido Federalista Brasileiro. Deles afastaram os republicanos dissidentes, que não aceitaram a liderança do velho chefe liberal. Adotando a idéia parlamentar, os federalistas opuseram-se, no plano local, a Castilhos, e no plano Federal, ao governo de Floriano Peixoto (PESAVENTO, 2002, p. 78).

Antes mesmo de findada a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, eclode no Rio de Janeiro, baía de Guanabara, a Revolta da Armada. Iniciada em abril 1894, originada de desacordos “[...] entre o Exército e a Marinha e ressentimentos do almirante Custódio José de Melo, que se vira frustrado em seu objetivo de suceder a Floriano na presidência da República” (FAUSTO, 2002a, p. 235). O movimento cessou em agosto de 1895, quando houve uma mediação com o atual presidente Prudente de Moraes.

Remetendo-se ao governo de Floriano Peixoto e criticando a República, Renato Lessa aponta:

No ano de 1893, último do governo de Floriano Peixoto, a República, sem identidade definida, enfrentou seus maiores desafios: a segunda Revolta da Armada e a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. O bloqueio do porto da capital, as ameaças de separatismo gaúcho e o temor de revanche

monarquista exponenciaram ao máximo a ingovernabilidade republicana e tornaram Floriano Peixoto um enigma mais agradável (LESSA, 1988, p. 107).

No momento em que ocorrem os dois últimos episódios citados acima, no nordeste do Brasil, na Bahia, se formava um movimento messiânico de destaque. A situação nessa região era ainda mais preocupante. Caracterizada por intensos períodos de seca, parte da população vivia em situação de extrema miséria, sem perspectivas de vida. No entanto, encontraram em um “beato”, incentivo para lutar pelas injustiças, ressurgindo a esperança de dias melhores.

O movimento popular definido como Revolta de Canudos, ocorrido entre os anos de 1896 a 1897, foi liderado pelo “beato” Antônio Mendes Maciel, conhecido como Antônio Conselheiro:

Antônio Conselheiro pregava nada mais, nada menos do que o desprendimento dos bens materiais, o trabalho em comum, a distribuição igual dos produtos da terra, no regime de trabalho, o enlevo das almas para Deus, o reconhecimento de um só Deus, que está no céu, o sentimento de confraternidade e velhos e moços, mulheres e homens, adultos e infantis, em suma o socialismo cristão (VILLA, 1992, p. 76).

Seu discurso religioso, assinalado por constantes ataques à República, atraiu cada vez mais inúmeros fiéis. Era contrário à separação entre Igreja e Estado, além de outras medidas instituídas após a queda da Monarquia. Janice Theodoro, na produção “Canudos 100 anos depois: Da vida comunitária ao surgimento dos movimentos fundamentalistas” (1997), reforça a ideia anterior, “Descrente de instituições políticas inúteis, de discursos indecifráveis e de elites arrogantes, a população de Canudos preferiu apoiar um líder que vivia com ela, sendo capaz de propor formas de organização que dispensavam todo vínculo ou expectativa com o Estado brasileiro” (THEODORO, 1997, p. 125).

Na cidade de Canudos, Antônio Conselheiro e seus seguidores, fundaram a primeira sede do movimento, Belo Monte. Um sonho realizado para os sertanejos a comunidade só prosperou. Dessa forma, as oligarquias regionais foram atingidas pela perda de seus serviços para Canudos.

Destaca-se que esta Constituição era grande possuidora de falhas perante análise democrática. O Brasil, dominado por oligarquias regionais, apoiadas por

coronéis que tinham grande controle social e político, no interior dos estados. Neste mesmo sentido, coloca Fausto: “[...] o coronel controlava os votantes em sua área de influência. Trocava votos em candidatos por ele indicados por favores tão variados como um par de sapatos, uma vaga no hospital ou um emprego de professora” (FAUSTO, 2002a, p. 263). O sistema eleitoral era totalmente manipulado pelos mesmos que representavam os políticos, através dos votos abertos e fraudados.

Com isso, o governo se via na obrigação de tomar medidas com relação ao movimento, então, passaram a ser perseguidos, pois “[...] traduziam a expressão do Brasil que precisava ser amputada da cultura nacional. Os republicanos eram adeptos de uma promessa de modernidade”. A “promessa de modernidade” foi advertida por um movimento popular representantes das condições de miséria vivenciadas. “Essa visão do Brasil tinha que ser enterrada”, ou seja, a solução foi combater os “fanáticos” (THEODORO, 1997, p. 128). O resultado das medidas tomadas pelo governo foi o banimento dos fiéis de Antônio Conselheiro. O conflito ocorrido no nordeste brasileiro mostrou a luta pela resistência da população menos favorecida.

Neste momento, o governo é representado por Prudente de Moraes. Nas eleições de 1894, as elites agrárias de São Paulo através do Partido Republicano Paulista, se fortaleceram com sua presença. “A sucessão marcou o fim da presença de figuras do Exército na presidência da República, com exceção do marechal Hermes da Fonseca [...]” (FAUSTO, 2002a, p. 263), período marcado pela decadência das forças militares na política.

Referindo-se ao governo de Prudente de Moraes, Boris Fausto aponta em sua obra “História Concisa do Brasil” (2002b):

No governo de Prudente de Moraes, tornou-se aguda a oposição já existente na época de Floriano entre a elite política dos grandes Estados e o republicanismo jacobino, concentrado no Rio de Janeiro. Os jacobinos formavam um contingente de membros da baixa classe média, alguns operários e militares atingidos pela carestia e as más condições de vida. Suas motivações não eram apenas materiais. Acreditavam em uma república forte, capaz de combater as ameaças monarquistas, que para eles estavam em toda parte. [...] Os jacobinos apoiaram Floriano e o transformaram em uma bandeira depois de sua morte, ocorrida em junho de 1895 (FAUSTO, 2002b, p. 145).

Em 1894, uma crise econômica nos países europeus e Estados Unidos fez com que diminuísse significativamente as exportações de café para esses países. Nos anos seguintes, a produção de café aumentou muito, porém, o mercado consumidor estava estagnado, não acompanhou o crescimento das safras. Resultou em superprodução, sendo necessário o armazenamento do produto. O Brasil adentrava em uma crise.

Nas eleições de 1898, ocorre a sucessão do governo por outro paulista, Campos Sales. Seu governo é marcado por uma política econômica destinada aos interesses das oligarquias rurais. Neste momento, o Brasil preocupava-se com a inflação e a dívida externa. Com isso, foi lançada uma política voltada para a valorização da moeda brasileira, além de redução de gastos públicos e criação de novos impostos.

Uma medida econômica de destaque foi a *funding loan*, “[...] significa um empréstimo de consolidação de uma dívida. Na prática, era um esquema para dar folga e garantir através de um novo empréstimo o pagamento dos juros e do montante de empréstimos anteriores” (FAUSTO, 2002b, p. 260). Em resumo, consistia em um pacto de transação da dívida externa que o governo republicano herdara dos tempos da monarquia.

Campos Sales estabeleceu uma adequação no governo conhecida como “Política de Governadores”, na qual, segundo Fausto, os objetivos para essa criação, se resumem na seguinte forma: “[...] reduzir ao máximo as disputas políticas no âmbito de cada Estado, prestigiando os grupos mais fortes; chegar a um acordo básico entre a União e os Estados; pôr fim à hostilidades existentes entre Executivo e Legislativo, domesticando a escolha dos deputados” (FAUSTO, 2002a, p.259). Com isso, os grupos dominantes de cada estado, teriam ajuda do governo central que apoiariam o presidente. Com a inexistência da justiça eleitoral, quem determinava a posse de deputados e senadores era a “Comissão de Verificação”, controlada pelo governo.

Edgard Carone, em sua produção “A República Velha II; Evolução Política (1889-1930)”, (1983), aponta como resultado do governo de Campos Sales:

A vitória e a realização de todo um esquema político concebido por Campos Sales. Seu plano financeiro obtém plenos resultados: não existe mais inflação, a deflação domina. Mas, comércio, indústria, classes agrícolas e populares sofrem os efeitos terríveis da deflação, desemprego e crise. Os capitais estrangeiros voltam a afluir no país, sinal de confiança nas condições existentes. A calma política é geral, não sendo perturbada pelos acidentes regionais; as revoltas monárquicas não passam de casos de polícia. O que parece existir é uma espécie de esgotamento de energias, depois das lutas intensas até 1897 (CARONE, 1983, p. 210).

Nos últimos meses do governo anteriormente mencionado, no Vale do Taquari, interior do Rio Grande do Sul, ocorrera outro movimento de cunho messiânico, os “Monges de Pinheirinho”, mais precisamente no ano de 1902. Liderado pelo monge chamado João Francisco Maria de Jesus, conhecido como monge Chico, também foi exaltado por seus poderes de cura: “Grande número de pessoas acorriam a ele, vindas de toda a parte, aonde sua fama já chegara, ultrapassando o número de 200, os fiéis que se acercavam para ouvi-lo em determinados dias” (FERRI, 1975, p. 59). Este grupo teve a referida denominação, conforme Ferri, devido ao fato de o monge chefe e a maioria de seus seguidores usarem longas barbas, e pelo caso de o grupo estar localizado num espaço denominado Pinheirinho.

A região que abrigava o agrupamento dos Monges do Pinheirinho era composta essencialmente por colonos de origem italiana. Os adeptos do mesmo eram oriundos de vários lugares do Vale do Taquari e segundo Pereira e Wagner (1981, p. 70, grifo do autor), “[...] entre eles havia não só criminosos foragidos como antigos seguidores dos *Muckers*, cuja lembrança atemorizava os colonos na região”. A questão referente à presença de seguidores dos *Muckers*, não está oficialmente provada, porém, é defendida por alguns autores, como Gino Ferri.

Instalados em uma abertura da mata, acima da margem esquerda do Rio Taquari, se orientavam através de trilhas. Eram considerados um grupo de “Bandidos, assassinos, ladrões e fanáticos, e muitos outros adjetivos pejorativos se ouviam por muitos anos das pessoas que, direta ou indiretamente, foram envolvidas nos funestos acontecimentos [...]” (FERRI, 1975, p. 55). O ano de 1902 foi marcado pelo aparecimento dos monges de Pinheirinho e sua presença na comunidade que hoje correspondem aos municípios de Roca Sales, Encantado e Muçum, acarretara motins com as autoridades.

Com o intuito de investigar quais eram as intenções dos novos moradores, um grupo local se voluntariou ao subdelegado, Guerino Lucca, para fazer uma visita e inspecionar os monges. Neste contato com os monges, foi dada ordem de prisão ao chefe do grupo que haveria recepcionado os intrusos com o disparo de uma arma. Este confronto acarretou em duas mortes no grupo de voluntários, moradores de Encantado e região.

Com isso, iniciou uma história de combates e mortes, sendo necessário um reforço composto por um contingente da Brigada Militar, que acaba aumentando o número de mortes, mas desta vez entre seguidores dos Monges do Pinheirinho. Frente a isto, a difusão e reconhecimento de “heróis” que lutaram contra o movimento e que possibilitou para reforço da paz nas comunidades de imigrantes italianos passou a ser uma versão bastante presente entre os regionais.

No mesmo ano do movimento dos Monges do Pinheirinho, isto é, 1902, ocorreram eleições para presidente, no qual foi eleito Rodrigues Alves, que permaneceu no governo até 1906. O referido governo se destacou pela modernização dos portos, acrescentamento da rede ferroviária, urbanização da cidade do Rio de Janeiro, assim como o incentivo ao saneamento e o combate a doenças como a varíola e a febre amarela.

Referindo-se à modernização dos portos hidroviários, Carone ressalva “a ótima situação fiduciária permite ao governo a plena realização de seus projetos: a construção de modernos portos no Rio de Janeiro e o contrato dos portos da Bahia, Ceará e Rio Grande do Sul [...]” (CARONE, 1983, p. 111). A questão das estradas de ferro também é mencionada pelo referido autor. Ou seja, o “rematamento da E. F. Mogiana, de Bauru a Mato Grosso; melhorias em trechos da E. F. Central do Brasil; construção da E. F. Madeira-Mamoré e prolongamento da E. F. de Baturité” (CARONE, 1983, p.112). Sobre o trabalho de remodelação e o saneamento no Rio de Janeiro, assim como “sua transformação em grande centro é obra que tem precedência sobre todas as tarefas do governo” (CARONE, 1983, p. 112), realizados pelo então prefeito Pereira Passos.

O trabalho de remodelação da cidade do Rio de Janeiro não foi tarefa simples de execução. Para isto, foi necessário um deslocamento da população necessitada

que vivia no centro da cidade, episódio que acarreta a revolta nos moradores. Outra medida autoritária difundida pelos positivistas e que acarretou protesto, foi a vacina obrigatória.

Edgard Carone analisa, da seguinte forma, o governo de Rodrigues Alves:

Apesar de entrecortados pela revolta da vacina e pelas questões estaduais, o fim do governo Rodrigues Alves mostra a estabilidade e segurança de sua política. O Rio de Janeiro está saneado e embelezado; as obras materiais são inúmeras e distribuídas por grande número de Estados; a situação financeira é ótima e há saldo devedor. É nesta situação que toma posse, em 25 de novembro de 1906, o Conselheiro Afonso Pena. A saída de Rodrigues Alves, por ocasião de seu retorno a São Paulo é acompanhada pelos aplausos da multidão (CARONE, 1983, p. 240).

A Guerra do Contestado, ocorrida entre os anos de 1912 a 1916, foi mais um movimento de cunho messiânico, envolveu territórios fronteiriços entre Santa Catarina e Paraná. Da mesma maneira que os outros movimentos apontados, os atingidos nesta questão correspondiam à população cabocla, de ambas as áreas, em situação difícil e de descontentamento com o governo estadual e federal.

Dentre as causas do referido conflito está a construção da estrada de ferro que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul. O empreendimento estava sendo realizado por uma empresa norte-americana, em comum acordo com os coronéis regionais e os governos federal e estadual. A obra ocasionou a perda de terras de um número significativo de famílias, causando muito desemprego na região.

A situação ficou ainda pior quando uma grande extensão de terras da região foi vendida para uma empresa madeireira estrangeira: “A Brazil Lumber providencia a construção de duas grandes serrarias, dando início à devastação dos imensos e seculares pinheirais [...]” (AURAS, 1984, p. 42). Consequentemente, os camponeses ficaram sem terra para produzir e, logo em seguida, devido à execução da estrada de ferro, os trabalhadores, advindos de outras partes do país, também ficaram sem emprego, bem como sem o amparo da empresa que os contratou.

Neste contexto, de crise e insatisfação popular, o monge José Maria se destacou. O mesmo pregava a criação de um mundo novo, característica dos movimentos messiânicos, todos viveriam em paz e em sistema de igualdade social.

Tudo o que os camponeses do Contestado precisavam acreditar no momento. Com isso, muitos se reuniram em torno no beato, na esperança de dias prósperos:

Na medida em que os coronéis se associam às novas forças históricas, desnudando a estrutura de dominação, os marginalizados se apegam mais ao discurso do monge, desenvolvendo-o e encontrando nesse discurso sua identidade histórica. A passagem de João Maria pelo sertão já fora acompanhada pela quebra do sistema de compadrio interclasses – muitos caboclos esperavam pela chegada do monge para ainda que essa espera implicasse anos, para que ele batizasse seus filhos (AURAS, 1984. p. 46).

Os coronéis que dominavam a região, assim como os governos federal e estadual, desassossegados com a presença marcante entre os populares de José Maria, passaram a acusá-lo de perturbador da ordem e inimigo da República. Logo, trataram de mobilizar suas forças militares para dissolver a nova organização.

Com isso, o monge José Maria e seus adeptos, foram alvo de intensas perseguições, que foram duramente combatidas, o que acarretou em muitos óbitos. O líder José Maria morreu antes da batalha final de Irani, onde os remanescentes do grupo messiânico acabaram fugindo e, mais tarde, fundando novas sedes. Nota-se, que, com a finalidade de solucionar um “possível” problema, o governo produziu uma dura repressão ao grupo.

Devido às características anteriormente mencionadas, o regime republicano, que se estendeu até 1930, com o início da Revolução, teve várias denominações, classificadas conforme os autores, entre elas: República Oligárquica, República do Café-com-Leite, República dos Coronéis, República Velha, Primeira República. Boris Fausto, com o intuito de levar à reflexão, aponta:

A descrição do processo político, que vai da proclamação da República às presidências civis nos permitiu ter uma ideia de como se consolidou um certo tipo de República. Até aqui, deliberadamente, ela foi chamada quase sempre de República liberal. [...] Entretanto, a Primeira República recebeu outras designações. As mais sugestivas são de República Oligárquica, República dos “Coronéis”, República do “Café-com-Leite”. Um bom caminho para se fazer uma caracterização geral do período consiste em perguntar se essas denominações são ou não são adequadas (FAUSTO, 2002b, p. 261).

Entre 1894 e 1930, São Paulo e Minas Gerais foram os estados brasileiros que mais elegeram presidentes. Como presidentes da Primeira República, temos: Prudente de Moraes (1894-1898), Campos Sales (1898-1902), Rodrigues Alves (1902-1906), Afonso Pena (1906-1909), Nilo Peçanha (1909-1910), Hermes da

Fonseca (1910-1914), Venceslau Brás (1914-1918), Delfim Moreira (1918-1919), Epitácio Pessoa (1919-1922), Artur Bernardes e Washington Luís (1926-30).

Em análise aos acontecimentos da Primeira República, Boris Fausto aponta:

Ao longo da Primeira República, os movimentos sociais de trabalhadores ganharam certo ímpeto, tanto no campo quanto nas cidades. No primeiro caso, eles podem ser divididos em três grupos: 1º- os que combinaram conteúdo religioso com carência social; 2º- os que combinaram conteúdo religioso com reivindicações sociais; 3º os que expressaram reivindicações sociais e conteúdo religioso (FAUSTO, 2002b, p. 166).

Durante a Primeira República brasileira, parte da população, através da Constituição, conquistou o direito de votar e ser votado, porém, este direito não era efetivado na prática. No interior, onde as dificuldades se mostravam mais explícitas, os coronéis possuíam imenso poder e controle. Desta maneira, a população se via acuada, à procura de alternativas. Os movimentos messiânicos acolheram estas pessoas insatisfeitas com a situação político-social do país.

Desta forma, constata-se que os movimentos messiânicos brasileiros não são exclusividade do período da Primeira República, como também, apresentam características distintas. Contidos em diferentes espaços e temporalidade, estes movimentos marcaram a história, evidenciando a situação de determinadas populações interioranas, que buscaram nas práticas religiosas a esperança que a situação precária, não lhes consentira.

3 MOVIMENTOS MESSIÂNICOS EM REGIÕES DO SUL E NORDESTE DO BRASIL

O presente capítulo analisa, contextualiza e relaciona os movimentos messiânicos: Mucker, ocorrido entre os anos de 1868 a 1873, no interior de São Leopoldo, local colonizado por alemães e necessitado de assistências; o movimento de Canudos, no período de 1896 a 1897, na Bahia, neste momento a população dos sertões era caracterizada pela miséria; o movimento do Contestado, entre os anos de 1912 a 1916, ocorrido nos estados fronteiriços de Paraná e Santa Catarina, o foco do conflito foi a questão da disputa das terras.

3.1 O movimento dos Mucker

O movimento messiânico com maior ênfase no Rio Grande do Sul foi o movimento dos Mucker. Localizado no interior de São Leopoldo, no Ferrabrás atualmente Sapiranga, nos anos de 1868 a 1873.

A região correspondente à localização dos Mucker foi colonizada por imigrantes alemães. Os mesmos encontravam-se em situação de abandono, no âmbito social, político, econômico e religioso:

Além do abandono espiritual, devemos tomar em consideração também o abandono material em que viviam os primeiros colonos. Os emigrantes alemães, aqui chegados em 1824 e anos seguintes, foram transportados com seus haveres para as picadas abertas na mata virgem e, ali abandonados a sua sorte. Trabalhar para sobreviver ou morrer – eis a alternativa ante a qual se encontravam. Preferiram trabalhar (PETRY, 1966, p. 22).

Referida situação de desamparo, relatada acima, é uma característica comum entre os movimentos messiânicos ocorridos no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX. Considerando o desinteresse das autoridades governamentais perante as precárias condições em que vivia a mencionada parcela da população.

Um pouco antes de referido acontecimento, no início do século XIX, já haviam iniciado intelectualmente discussões sobre a história das religiões. Neste sentido, pesquisar as “sociedades naturais” ou ainda grupos “primitivos”, conforme Jacqueline Hermann, expõe no estudo “História das Religiões e Religiosidades” (1997), apresenta-se como uma das fundamentações teóricas para o estudo dos Mucker.

O catolicismo e protestantismo, herdadas de seu país de origem eram as religiões que predominavam na região ocupada pelos alemães. Com o surgimento da nova crença, originada pelos Mucker, as duas religiões se sentiram ameaçadas, além de perder terreno.

Neste ambiente desprovido de recursos básicos, no qual surgiu a organização dos Mucker, a principal líder espiritual era uma mulher, Jacobina Mentz Maurer. Desde muito jovem, Jacobina já apresentava problemas de saúde. A mesma casou-se com João Jorge Maurer que, segundo Petry (1966, p. 22), “[...], tornou-se conhecido na região colonial pelas curas realizadas e pelas prédicas religiosas e explicações da Bíblia que sua mulher Jacobina ministrava aos doentes, os quais, de diversas picadas, e mesmo de cidades, acorriam ao Ferrabraz”. Juntos, iniciaram um movimento que cresceu rapidamente:

O prestígio do casal crescia, dia a dia; vinham de longe consultá-los sobre todo espécie de problemas e pedir-lhes conselhos, além de remédios. Concorria para aumentar-lhes a clientela de um lado a pequeníssima quantidade de médicos que havia na província, de outro lado o preço muito elevado que em geral cobravam; Maurer deixava que a gratidão ou a generosidade dos doentes ditasse o preço a pagar, nada exigia ou muito pouco em remuneração de seus serviços (QUEIROZ, 1976, p. 245).

Muitos adeptos não largaram suas propriedades para viver com o grupo, tanto que as consultas e reuniões eram feitas na residência do casal Maurer. Nas cerimônias, eram entoados cantos e feitas orações, em determinado momento do ritual, Jacobina se apresentava com suas vestes claras, explicando aos que

assistiam trechos da Bíblia. Esses cerimoniais foram se modificando com o passar do tempo. Os ouvintes, colonos de maioria analfabetos, confiando nas palavras de Jacobina acreditavam que ela seria “a reencarnação de Cristo” (QUEIROZ, 1976, p. 245).

Na concepção de Maria Isaura Pereira Queiroz (1976, p. 340), “O movimento dos Mucker constituía a reação de uma camada que pretendia mudar de posição social, por se ver rebaixada de nível”. A autora informa que o grupo inicialmente compunha-se de uma sociedade internamente igualitária, mas devido ao desenvolvimento da colônia de São Leopoldo, que destacou alguns colonos da região, transformou-se em uma sociedade estratificada.

A presença de uma líder como Jacobina entre os Mucker é um elemento marcante no grupo messiânico, assim como a convicção de ser uma enviada divina. Da mesma maneira, os sermões e os ditos milagres, eram práticas comuns do messianismo, que atraíam cada vez mais fiéis. Os Mucker possuíam um representante que, através de seus conhecimentos medicinais criou fama, “Maurer conseguiu renome como curandeiro, tanto que chegou a ser apelidado como o Dr. Milagre” (PETRY, 1966, p. 42). Sua esposa, Jacobina, era responsável pelos sermões, pois “Em vez de simples explicações do texto da Bíblia, organizava reuniões de culto, com rezas e sermões” (PETRY, 1966, p. 50).

Segundo Janaína Amado (2002, p. 192), inicialmente o grupo dos Mucker contava com a ajuda de muitos membros das famílias de Jacobina e João Jorge, exercendo funções específicas ou não. No entanto, outras pessoas que não tinham parentesco no grupo mostraram-se leais. Entre eles, por exemplo, destaca-se João Jacó Funchs conhecido como Jacó das mulas, Carlos Einsfeldt, Henrique Guilherme Gaelzer, Rodolfo Sehn, Jorge Robinson, Cristiano Cassel e André Luppá.

A organização defendia a ideia de que o fim do mundo estaria próximo, como também seriam salvos no julgamento final. Concepção que condiz a mais uma particularidade dos movimentos messiânicos. Regras ainda eram impostas, “[...] vedando terminantemente seus fiéis a frequentarem igrejas e proibindo o álcool, os bailes e o jogo” (PETRY, 1966, p. 31). Desta maneira, integrantes da seita possuíam convívio social restrito.

Parcela da população, como é o caso dos colonos vizinhos, não aderiram à nova seita, passaram a ter muito receio do grupo. Acreditaram, segundo Amado (2002), que se tratavam de pessoas que tinham ligação com o demônio, além de grande quantidade de armas. A classe nobre, composta de religiosos, comerciantes e políticos, também estava insatisfeita com a atuação dos Mucker e recorreram, através de um abaixo-assinado, ao governo provincial:

Quando os Mucker abandonaram as igrejas, padres e pastores redobram a oposição, escrevendo artigos em jornais e incitando as autoridades locais a tomarem providências contra o grupo. A partir de 1873, autoridades civis e religiosas agiram em conjunto: o primeiro abaixo-assinado da população local contra os Mucker, datado de maio de 1873, documento que deu condições ao delegado Schreiner de pedir ao chefe de polícia providências contra o grupo de Jacobina, foi encabeçado pelo pastor Boeber (SCHUPP, KLEIN apud AMADO, 2002, p. 202).

O delegado de Polícia do distrito de São Leopoldo, Lucio Schreiner, considerando a recusa de João Jorge a apresentar-se na delegacia para prestar esclarecimentos, despachou todos os dados a Porto Alegre, com o intuito que tomassem as providências necessárias. Com isso, “A 19 de maio de 1873, desembarcou em São Leopoldo o chefe de polícia Luiz José de Sampaio, acompanhado de cinquenta praças de linha [...] Instalado na Casa da Câmara, convocando vários Mucker para depor” (AMADO, 2002, p. 211). A presença de Jacobina também foi solicitada, mas como não estava com boa saúde, foi levada de carroça até São Leopoldo, onde foi examinada pelo Dr. Daniel Hillebrand. Ela encontrava-se desacordada e os testes não dissolveram sua hipnose.

Depois de ouvidos vários depoimentos dos Muckers, o delegado concluiu que eles não ofereciam perigo à sociedade e que se tratava de pessoas ignorantes, iludidas com suas crenças. Mesmo assim, Jacobina, João Jorge e alguns outros integrantes do grupo, foram enviados a Porto Alegre e mantidos presos do dia 27 de maio a 5 de julho de 1873.

De volta da prisão, os “Mucker”, revoltados pelos vexames e humilhações sofridas, iniciaram os preparativos para se defenderem, no futuro, contra as arbitrariedades da polícia e as provocações que lhe eram dirigidas por seus inimigos, sob os olhares complacentes das autoridades locais (PETRY, 1966, p. 66).

Retornando ao lar, com o auxílio de todos os adeptos, os Mucker ampliaram a casa de Jacobina, com a finalidade de receber mais pessoas. Mesmo estando proibidas as reuniões na casa dos Maurer, a reforma foi autorizada, porém, a presença de autoridades passou a ser constante.

Mircea Eliade, na obra, “La sacralidad de la naturaleza y la religión cósmica” (1981), sustenta a ideia da existência de um espaço sagrado e profano para o homem religioso. Neste sentido, entende-se que a casa dos Maurer seria o ponto inicial de um espaço sagrado constituindo um “ponto fixo” que orienta as suas ações.

Neste mesmo período, ocorre a morte de um membro dos Mucker, João Nicolau. Sua família não queria enterrá-lo no cemitério evangélico, então o místico casal sugeriu que fosse enterrado na roça. Logo, as autoridades se opuseram, entretanto, acabou sendo liberado após conversa com o delegado.

O desaparecimento de um morador vizinho dos Mucker e o atentado a bala ao inspetor, João Lehn, esteve entre os acontecimentos que marcara o mês de outubro de 1873. Jacob Kraemer, grande opositor do grupo, após dias de busca em meio à mata, foi encontrado morto.

Em resposta ao atentado, o delegado Schreiner deu ordem de prisão a dezenas de Mucker entre eles Maurer. Logo que foram soltos, elaboraram um abaixo-assinado ao imperador, explicando a situação vivida. O referido documento foi indeferido, não atingido os objetivos desejados:

As autoridades de São Leopoldo, no período citado, opuseram-se aos *Muckes* por todos os meios. Foram elas que chamaram a atenção das autoridades provinciais para a “periculosidade” dos adeptos de Jacobina; para tanto, espalharam suposições, ou endossaram as suposições dos colonos – como a de que Jacobina praticava “atos abusivos e escandalosos” –, e carregaram com negras tintas o clima de tensão existente na colônia. Após a soltura dos *mucker* (para elas, inesperada), promoveram uma reação em cadeia contra os seguidores de Jacobina (AMADO, 2002, p. 220).

Segundo Janaína Amado (2002. p. 226), a partir da primeira prisão dos Mucker, maio de 1873, os adeptos do movimento passaram a enfrentar diferentes tipos de repressão, pelas autoridades locais e parte da população. As propriedades dos Mucker passaram a ser alvos de ataques, estas ofensivas foram denunciadas, mas as autoridades policiais não tomaram nenhuma providência.

No final do mês de abril de 1874, os ânimos se exaltaram para valer. O mucker Jorge Robinson tinha um afilhado que lhe foi tirado pelas autoridades e entregue a um comerciante, sob a alegação que o ambiente não seria o mais adequado para uma criança. Dias depois, o menino foi brutalmente assassinado e a culpa recaiu sobre os Mucker:

Os indícios apontaram Robinson como autor do crime, porém, apesar de todos os esforços da polícia não se conseguiu prendê-lo. Homiziara-se ele em casa de Jacó Mentz, em Hamburgo Velho. Chegando este fato ao conhecimento da polícia de São Leopoldo, o comandante do destacamento militar, sediado nesta cidade, mandou um sargento com oito praças àquele distrito, a fim de efetuarem a prisão do denunciado (PETRY, 1966, p. 70).

Os funestos acontecimentos não cessaram, uma vez que, no mês de junho do mesmo ano, a casa de Martinho Cassel, opositor dos Mucker, que antes fizera parte deles, foi queimada. Morrem cinco membros da família, restando apenas o dono da casa, que não estava no momento do ocorrido, bem como seu enteado, que conseguiu fugir pela janela.

Para Janaína Amado, o mais provável é o seguinte:

[...] os Mucker tenham sido responsáveis pelos dois crimes. Vários indícios levaram a esta conclusão, a saber: a) havia um motivo comum para os dois assassinatos: punir pessoas que tinham pertencido ao grupo e depois se afastaram, tornando-se seus opositores e revelando segredos dos Mucker [...] (AMADO, 2002, p. 250).

A população vizinha aos acontecimentos ficou aterrorizada, muitos buscaram abrigo em casas de parentes longe do local. Frente a isso, as forças policiais entraram em ação contra os Mucker:

O delegado de polícia de São Leopoldo comunicou imediatamente o grave acontecimento ao presidente da Província. Este determinou urgentes providências, enviando, ainda no mesmo dia, um piquete de cem soldados pela recém inaugurada estrada de ferro, àquela cidade, ao passo que o delegado de polícia de São Leopoldo organizou um corpo de civis para darem combate aos Mucker. A força militar acampou ali mesmo, prendendo os Mucker que apareciam na cidade e arredores, conseguindo deter Carlos Einsfeld e João Jorge Klein [...] (PETRY, 1966, p. 72).

De acordo com Janaína Amado (2002), na noite de 25 de junho, reunidos na casa de Jacobina, os Mucker organizaram-se para atacar seus inimigos. Muito bem providos de armamento e beneficiando-se do fator surpresa, foram bem sucedidos

em suas investidas. Ao atacarem as casas ou estabelecimentos comerciais, mataram a todos, inclusive mulheres e crianças. Não roubaram, mas deixaram marcada sua vingança através dos mortos e feridos.

Nos dias seguintes, os colonos reagiram ao ataque, queimando e saqueando propriedades de alguns muckers, armaram-se como represália. A situação estava insustentável, era um verdadeiro campo de batalhas. De São Leopoldo, foram enviados muitos soldados para o local dos acontecimentos, e também foram pedidos mais reforços ao presidente da província:

A 27 de junho, o presidente da província viajou até São Leopoldo para entender-se com o chefe da polícia. A partir daí, começaram a chegar armas, munições e soldados, vindos por terra, pelo rio dos Sinos, em lanchões, ou pelo trem da recém-inaugurada estrada de ferro Porto Alegre – São Leopoldo. Foram enviados cerca de 92 praças do 12º Batalhão de Infantaria, quarenta praças da Guarda Nacional de Porto Alegre, doze praças do Corpo Policial, dois canhões, cavalos, armas, munição e dinheiro. Parte do armamento e dos homens seguiu a 26 de junho com o coronel Genuíno Olympio de Sampaio, comandante do 12º Batalhão de Infantaria, a quem foi outorgado o comando das forças [...] (AMADO, 2002, p. 283).

Os Mucker, grande conhecedores do local, acabaram obtendo vantagens no primeiro combate com a tropa de Genuíno Sampaio. Os canhões não funcionando, deixaram os soldados na mão e as tropas precisaram se retirar. “[...] o coronel Genuíno retirou-se para Campo Bom, poucos quilômetros distante de Sapiranga, e ali acampou para aguardar reforços” (PETRY, 1966, p. 80).

A pedido de Genuíno, começaram a chegar em Campo Bom diversos equipamentos bélicos e soldados. De acordo com Amado (2002), o comandante chegou a contar com 506 homens, entre soldados, oficiais e paisanos. No entanto, constata-se que a Guarda Nacional, neste período, encontrava-se desestruturada, dificultado a organização do combate.

Enfim, o segundo combate ocorreu no dia 19 de junho de 1874, onde as tropas de Genuíno, instruídas a matar o menor número de pessoas possível não deixar escapá-los entre outros, encontraram muita resistência. Mesmo assim, os representantes da ordem tiveram sucesso em sua missão.

Conforme a coleta de informações de Janaína Amado (2002, p.295), os soldados não seguiram as normas no comando. Além dos saques, as mulheres

muckers foram vítimas de bárbaras atrocidades cometidas pelos integrantes das tropas.

Quando parecia estar tudo terminado, na calmaria noturna do acampamento próximo ao local do combate, ouvem-se tiros direcionados ao alojamento. Os muckers que fugiram, estavam se manifestando e conseguiram deixar os soldados desorientados. Em reação, retribuíram a ofensiva, neste meio tempo, o coronel Genuíno foi atingido na perna, ferimento que ocasionou sua morte logo pela manhã. Existem dúvidas referentes à origem da bala que acarretou a morte do líder, considerando a posição em meio à confusão. Sobre isto, Leopoldo Petry aponta o seguinte:

A morte do valoroso Cel. Genuíno Sampaio constitui um mistério até hoje ainda não suficientemente esclarecido. Um jornalista de Porto Alegre, em 1918, escreveu que esse militar fora morto pelos Mucker, sem no entanto apresentar quaisquer provas para esta afirmação [...] mais de uma vez ouvi dizer, nessas ocasiões, que o citado oficial fora morto por uma bala perdida de um tiro disparado pelos próprios soldados do Exército (PETRY, 1966, p. 90).

No dia 21 de julho, o coronel Augusto César da Silva assume o comando da tropa. Grande parte dos soldados foi dispensada, no entanto, dois grupos de praças receberam a incumbência para capturar os remanescentes. Os mesmos não tiveram sucesso, foram surpreendidos pelos muckers em locais estratégicos.

Outra tentativa contra os remanescentes se deu na noite de 25 de julho, alguns colonos, auxiliados por parte da tropa de Augusto, arquitetaram um plano que acabou não dando certo. Acumulava-se maior número de mortes:

A notícia destes ataques infrutíferos repercutiu mal em toda a província [...] o chefe de polícia pedira a retirada do coronel Augusto César e de parte da força, de linha que, ao seu ver, atrapalhavam mais do que ajudavam. Sugeriu a contratação de paisanos para completar a tarefa. O presidente da província atendera ao pedido, ordenando a contratação de trinta a quarenta paisanos [...] (AMADO, 2002, p. 301).

O combate final ocorreu no dia 2 de agosto de 1874, onde dirigente das forças Francisco Clementino de San Tiago Dantas, conquistou e organizou sua equipe. No confronto, “Os adeptos de Jacobina haviam construído trincheiras com troncos de árvores, mas os soldados conseguiram penetrar pela mata [...] depois e duas horas de combate, estavam todos mortos” (AMADO, 2002, p.303). Alguns

muckers fugiram deixaram a cabana, onde escondiam na mata, ainda depois do segundo combate:

[...] alguns se retiraram para a Linha Pirajá e outros para a Terra dos Bastos. Nestas picadas construíram suas residências e começaram nova luta pela existência. Como é natural, após os terríveis acontecimentos de que tinham sido testemunhas, viviam muito retraídos e dedicados unicamente aos rudes trabalhos da roça. Porém, o ódio inexplicável que os colonos nutriam contra os sobreviventes do episódio, não os deixava em paz e continuou a persegui-los (PETRY, 1966, p. 113).

Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976, p. 252), a líder espiritual, ordenara a degola de todas as crianças, fazendo o mesmo com sua filha. Da mesma maneira, padre Schupp afirma que Jacobina mandou matar seu filho.

Os muckers remanescentes tiveram diferentes destinos. Alguns que foram detidos durante os combates ficaram presos por determinado tempo, depois foram soltos. Outros foram julgados, as mulheres foram libertadas e algumas crianças entregues a outras famílias. Os que voltaram para suas casas ou os tentaram a vida em outros lugares, na verdade tiveram o mesmo fadário, sentindo-se acuados por toda a vida.

3.2 O movimento de Canudos

Um dos movimentos messiânicos de maior proeminência ocorridos no Brasil foi o de Canudos, na Bahia, tendo como ápice, os anos de 1896 e 1897. Foi liderado por Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido como Antônio Conselheiro. Neste momento, no nordeste, a situação das zonas rurais era de miséria, onde a população extremamente desamparada pelas autoridades governamentais encontrara no movimento messiânico o refúgio para seus problemas.

Segundo Marco Antônio Villa, na obra “Canudos: o campo em chamas”, (1992, p. 14), Antônio Conselheiro nasceu em Quixeramobim no Ceará, em 1830, perdeu sua mãe com apenas seis anos e não teve um bom relacionamento com a nova esposa de seu pai. Na adolescência, após aprender a ler e escrever, e as aulas de latim e francês, começou a trabalhar no armazém de seu pai. Com o falecimento do mesmo, ele assume os negócios que logo decaem. Então resolve fechar o estabelecimento, pagar dívidas e mudar-se com a esposa Brasilina

Laurentina. Abriu uma escola no qual lecionava, mas que acabou não dando certo. Em 1859, instala-se em Campo Grande onde trabalhou como caixeiro. No ano de 1861, Antônio e seus dois filhos, foram abandonados pela esposa que fugira com um soldado. Sua pregação iniciou em 1872 pelo sertão pernambucano.

No ano de 1874, o pregador chegou à Bahia já acompanhado por alguns simpatizantes, logo, muitos tantos outros fiéis foram atraídos por seus cultos. A informação que o beato apresentava poderes de cura seduziu ainda mais pessoas, que vinham de lugares distantes para consultá-lo.

Os sermões e em alguns casos, os milagres, eram práticas que atraíam os fiéis em torno das organizações messiânicas. No caso de Canudos, os sermões faziam parte do cotidiano, antes e depois da fundação da “Cidade Santa”.

Com a queda da Monarquia e instauração do novo regime, em 1889, os sermões de Conselheiro mudaram um pouco o enfoque, passou a fazer constantes ataques à República, pois era contra as medidas impostas. Destaca-se que a apologia a Monarquia também era uma das características dos movimentos messiânicos deste período. Conforme aponta Queiroz:

A condenação da República não tinha como ponto de partida princípios políticos, mas, sim, a consideração de que era o governo do AntiCristo, o partido do demônio. O único regime legítimo era a Monarquia, em que se mantinham unidos Igreja e Estado e em que o governo estava nas mãos do Rei, representante de Deus na terra (QUEIROZ, 1976, p. 238).

A concepção da eminência do fim do mundo e a ressurreição são outros itens de comum acordo entre os movimentos analisados, assim como a adesão de famílias inteiras a nova prática religiosa. O Conselheiro de Canudos procurava “[...] local propício para instalar a Nova Jerusalém, onde os privilegiados pudessem esperar tranquilos o anúncio do Juízo Final [...]” (QUEIROZ, 1976, p. 226).

As manifestações de Antônio Conselheiro desagradavam autoridades eclesiásticas e políticas que, com o passar do tempo, tomaram atitudes. O primeiro confronto com a ordem política vigente se deu no ano de 1893, quando Conselheiro lidera uma manifestação contra o pagamento de tributos, queimando os editais em público. Segundo Villa (1992, p. 30), imediatamente o governador da Bahia,

Rodrigues Lima, envia 35 soldados para prender Conselheiro, porém, a comitiva foi atacada por conselheristas que impediram a ação.

Neste mesmo ano, Antônio Conselheiro deixou para trás muito tempo de peregrinação pelas estradas do nordeste, instalando-se junto com seus seguidores, em uma fazenda abandonada. Conforme relata Queiroz:

[...] procurando no deserto dos chapadões desolados pela seca um local propício para instalar a Nova Jerusalém, onde os privilegiados pudessem esperar tranquilos o anunciado do Juízo Final [...] alcançou com sua gente velha fazenda de gado abandonada à beira do Vaza-Barris, e ali se instalou, denominado Belo Monte o arraial que imediatamente surgiu. Sermões e milagres continuaram atraindo para a antiga fazenda de Canudos multidões de fiéis, desejosos de conhecer o ente extraordinário e de viver sob suas leis (QUEIROZ, 1976, p. 226).

Diferente da situação vivenciada pelo movimento messiânico citado anteriormente, os adeptos da organização de Canudos, largaram suas propriedades para viver junto à nova comunidade, enquanto os Muckers não abandonaram seus lotes de terra, apenas frequentavam o “espaço sagrado”, no sentido proposto por Eliade, seguindo as orientações da líder espiritual.

Comumente os adeptos das organizações, neste trabalho mencionadas, correspondiam a famílias inteiras. Conforme aponta Queiroz:

O outro aspecto comum aos movimentos era serem compostos por conjuntos de famílias; relativamente raras eram as adesões de indivíduos isolados. Conseguir o ingresso de uma família prestigiosa na comunidade era uma das melhores maneiras de atrair para ela todos os parentes e aderentes (QUEIROZ, 1976, p. 307).

No Belo Monte, que ficou conhecido como Canudos, a população desamparada do sertão encontrava condições dignas de sobrevivência como trabalho, vida em comunidade, amparo espiritual. Desta forma, Canudos cresce rapidamente, recebendo pessoas que vinham até mesmo de outros estados:

Canudos será a resposta mais trágica do povo sertanejo, tentando livrar-se da condição miserável a que era submetido pelo grande latifúndio. Nesse sentido, é movimento raro na história do Brasil [...] Todo ele é feito por gente do povo, com ideias próprias, elaborando um cristianismo peculiar que, ao contrário da visão predominante, é extremamente lúcido, já que a consciência crítica condiciona-se a sua realidade social, sua fonte geradora (CHIAVENATO, 1988, p. 101).

Controlada por normas rigorosas, que entre outras medidas proibia a entrada de consumidores de álcool, ladrões e prostitutas, a “cidade” era muito bem organizada. Composta por casas feitas pelos próprios sertanejos, “construídas com paredes de paus amarrados e barro, cobertas com folhas de icó e palha [...] O centro comercial era formado por casas construídas em alinhamento, voltadas para as igrejas, a nova e a velha [...]” (VILLA, 1992, p. 32). Portanto, constituía-se uma das maiores cidades da região.

A economia da comunidade fundada por Antônio Conselheiro era baseada na criação de gado e seus derivados, como comércio de couros e peles exportados para Juazeiro. Os campesinos também cultivavam vários produtos alimentícios, que eram comercializados. A produção de utensílios como facas e foices, eram feitas pelos ferreiros membros do Belo Monte. A economia organizada por Antônio Villa Nova desenvolvia-se com prosperidade. Neste sentido, aponta Chiavenato:

Uma das fontes de renda da comunidade foi a venda de peles de cabra, que a República exportava, inclusive. A importância da cabra na economia de Canudos [...] Dava o alimento – leite e carne – e o couro para roupas e sapatos. O excedente vendia-se a comerciantes que o levavam para Salvador: a exportação do couro de cabra chegou a ser um dos mais importantes itens da economia baiana. Dos chifres desses animais os sertanejos faziam pentes, bijuterias, piteiras para cachimbos e, quando chegou a guerra, até balas de munição (CHIAVENATO, 1988, p. 103).

A existência de uma hierarquia fora indispensável para manter a ordem da comunidade, desafogando as responsabilidades do líder Conselheiro. Corpos que compunham a administração de canudos: Antônio Conselheiro, chefe\pastor; João Abade, braço direito de Conselheiro era responsável por assuntos de guerra; dois irmãos Villa Nova organizavam questões econômicas e civis do grupo; na parte religiosa, Conselheiro recebia ajuda para vigiar, principalmente o cumprimento dos deveres de Antônio Beatinho (QUEIROZ, 1976, p. 232).

Ao analisar as características comuns de movimentos messiânicos “rústicos”, referindo-se a estrutura social interna, Maria Isaura de Queiroz, aponta:

O líder ocupa a posição mais elevada e, entre ele e os fiéis, haia um indivíduo intermediário, ora um grupo que fica encarregado da fiscalização e execução das normas, em nome do messias. As relações dos adeptos com os líderes são sempre do mesmo tipo em todos os movimentos. Estes dominam totalmente a vida da comunidade, ditando as normas de conduta e fiscalizando (pessoalmente ou por intermediário) o seu cumprimento (QUEIROZ, 1976, p. 307).

Um grupo de adeptos dispostos a proteger o mestre formava a guarda especial de Antônio Conselheiro, chamada de Santa Companhia. Distinguiam-se dos demais pelo uso de uniforme.

No mês de outubro de 1896, Conselheiro programou ir até Juazeiro comprar madeira para a construção da nova igreja. De alguma forma, a informação chegou à cidade que o líder de Canudos pretendia invadir e saqueá-la. De imediato, o governador foi comunicado. Num primeiro momento envia um grupo para vigiar as movimentações para que, se fosse necessário, solicitar mais tropas. Devido à insistência do juiz Luiz Viana, dizendo que a população se encontrava aflita com as informações, é enviado um batalhão a Juazeiro, comandado pelo tenente Manoel da Silva Pires Ferreira.

No dia 19 de novembro, os defensores de Juazeiro resolvem surpreender o inimigo indo ao seu encontro no acampamento da tropa, foram atacados pelos seguidores de Conselheiro que, apesar do grande número de mortes, obteve vantagem perante a comitiva do governo. Para Villa:

A derrota da expedição transforma Antônio Conselheiro em um sério desafio ao governo Luís Viana, apesar de o ataque ter sido uma medida de defesa, pois o tenente Pires Ferreira estava se dirigindo a Canudos para destruí-la. Por outro lado, cresce a popularidade do Conselheiro em todo o sertão e centenas de sertanejos acorrem a Canudos. Luís Viana, com o auxílio do Exército, organiza a segunda expedição com 11 oficiais, 500 soldados, 3 canhões Krupp, 3 metralhadoras, 170 mil cartuchos, sob o comando do major Febrônio de Britto, que é autorizado a gastar o necessário para o êxito da missão (VILLA, 1992, p. 42-43).

O segundo combate ocorreu no dia 18 de janeiro de 1897, no caminho para Canudos. Aparentemente, as tropas do governo tiveram um melhor desempenho, matando muitos oponentes, porém, no acampamento perto de Canudos, foram atacados de surpresa e tiveram que se retirar.

A terceira expedição comandada pelo coronel Antônio Moreira César, participante da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, “parte para o sertão com 1.200 soldados, 4 canhões Krupp e munições e equipamentos suficientes, segundo o coronel, para destruir Canudos” (VILLA, 1992, p. 45) Na manhã do dia 3 de março, Moreira César comanda o bombardeio e, em seguida, o ataque da

infantaria. Os seguidores de Conselheiro resistem bravamente até o final da tarde, quando é emitido o sinal de retirada das tropas.

A notícia da morte de coronel Antônio Moreira César, ferido no combate, abalou sua tropa, o novo ataque programado para o início da manhã, fora suspenso. No entanto, os protetores de Canudos atacam, muitos soldados perderam a vida enquanto outros fugiram desesperados.

Por conseguinte, o governo federal organizou uma expedição com 5 mil homens, sob o comando do general Artur Oscar Andrade Guimarães, combatente da Revolta da Armada e da Revolução Federalista. Neste momento “Canudos transforma-se no grande assunto nacional: os principais jornais enviam correspondentes para cobrir a guerra, o Congresso Nacional [...] discute longamente as causas da guerra [...]” (VILLA, 1992, p. 53). Também, surge a ideia de que os monarquistas de todo o país estariam auxiliando os sertanejos, considerando o acúmulo de três derrotas por um grupo campesino de ignorantes, deveriam contar com o apoio de outras classes mais intelectualizadas.

Os combates iniciaram ainda fora da cidade de Canudos, em Cocorobó, onde as duas tropas divergentes se encontraram, no mês de junho. Os próximos dias do decorrente mês foram de combates contínuos que resultaram em centenas de mortes, além de enfraquecimento físico dos soldados e escassez de mantimentos. Logo Artur Oscar, pediu reforços.

A ajuda chegou ao final do mês de julho, considerada modesta pelo comandante, solicita maior contribuição. Desta maneira, “no dia 6 de agosto chega a Salvador, juntamente com 600 homens do corpo policial do estado de São Paulo, 900 homens dos batalhões policiais dos estados do Amazonas e Pará, e mais 632 soldados do Exército. Dias depois chegaram mais 900 soldados” (VILLA, 1992, p. 61). Toda essa estrutura militar para lutar contra um grupo que já apresentava sinais de fraqueza, como falta de água e comida, assim como o surgimento de doenças.

O derradeiro combate, ocorrido no primeiro dia do mês de outubro de 1897, fez com que os sobreviventes assistissem a cidade ceder perante o poderio militar dos inimigos:

Canudos, depois de muita luta, foi derrotado. Não se rendeu: os sertanejos defenderam casa por casa, matando e morrendo com armas brancas. Recuando e atirando viram o fogo destruir as casas, queimar vivos e mortos. Os canhões não deixaram pedra sobre pedra: das igrejas restaram escombros. Em 5 de outubro de 1897 tudo estava terminado (CHIAVENATO, 1988, p. 111).

Antônio Conselheiro faleceu antes do último grande combate final, estaria muito doente. Conforme aponta Queiroz, “Morto o Conselheiro, esperou-se, de acordo com o que anunciara, que ressuscitasse no terceiro dia [...]”, mas seus seguidores não o viram ressuscitar. Depois de terminada a guerra, os soldados desenterraram o corpo do profeta, arrancaram sua cabeça e desfilaram para o público, em seguida foi levado para análise em Salvador. Estava concluída a missão de eliminar a ameaçadora organização que desrespeitava a ordem vigente.

Segundo Chiavenato, “Para destruir Canudos o Exército brasileiro perdeu cinco mil soldados. Gastou-se uma enorme fortuna para armar e alimentar a tropa de repressão. A matança foi representada ao povo do Brasil como um ato de saneamento contra as forças do atraso, do fanatismo (CHIAVENATO, 1988, p. 115).

O movimento messiânico de Canudos, liderado por Antônio Conselheiro, levou para a população sertaneja, esperança de vida digna, e expôs o descaso do governo aos problemas sociais. Através das orientações de Conselheiro, o grupo se mobilizou, lutou e defendeu seus anseios, mesmo com fim trágico, mostraram suas insatisfações.

3.3 O movimento do Contestado

O movimento do Contestado também foi um movimento caracterizado pelo messianismo em territórios fronteiriços entre os estados de Santa Catarina e Paraná, no período de 1912 a 1916. O mesmo envolveu a população cabocla de ambas as áreas, descontentes com o governo estadual e federal.

Qualificada pela abundância de madeira destacando-se como principal produto a erva-mate e a criação de gado, a região no qual ocorreu o conflito, despertava interesse dos estados. Gallo acrescenta:

A região em questão compreendia os vales do Timbó e do Paciência, ricos em ervais nativos, de tal modo que as disputas não giravam em torno apenas da posse territorial, mas sobretudo para alcançar o direito à exploração das riquezas naturais e à cobrança de impostos sobre os negócios do mate, já em desenvolvimento na região (GALLO, 1999, p. 80).

Na obra de Ivone Cecília D'Ávila Gallo, os apontamentos dos antecedentes históricos da Guerra do Contestado estão claros e expostos da seguinte maneira: “[...] problemas de posse de terras, a questão de limites, mandonismo local, resistência a exploração capitalista dos recursos naturais e da força de trabalho, implantação do projeto de colonização, desejo de derrubar o governo republicano, desemprego, revanchismo” (GALLO, 1999, p. 130-131). Nota-se, que a grande maioria desses elementos político-econômicos, contribuintes para o início da guerra, estão interligados com a questão da terra:

[...] a União, antes da proclamação da República e da Constituição de 1891, conscientemente ou inconscientemente, protegia os milhares de caboclos que ocupavam terras devolutas pelo Brasil afora. Quando passou para os estados, o controle destas terras, ficou mais fácil a interferência e manipulação dos “coronéis”, latifundiários e outros setores da classe dominante, sobre os governos estaduais. Assim, através das concessões de terras pelos governadores, eles se recompensavam por influírem decisivamente nos peitos eleitorais, a favor desse ou aquele candidato que lhes interessavam (FACHEL, 1995, p. 51).

Neste sentido, Gallo salienta que, durante o século XIX, a concentração de terras nas mãos de poucos, se intensificou, surgindo uma nova categoria social identificada pela autora como “intrusos”, que contribuíram nos episódios póstumos. As terras devolutas foram destinadas ao projeto de colonização, logo após a Proclamação da República, neste mesmo tempo, aumentaram as concessões de terras a estrangeiros (GALLO, 1999). Desta maneira, Gallo complementa a análise:

Os empresários aliados aos fazendeiros locais e aos governos compravam terras devolutas e de particulares por preços irrisórios, vendendo-as depois com vantagem. Nesse processo de modernização, muitos posseiros foram expulsos de suas terras e nada podiam fazer quando um terceiro, devidamente documentado, aparecia reclamando seus direitos como o legítimo proprietário (GALLO, 1999, p. 98).

Para Marli Auras (1984), os posseiros viviam em uma situação miserável, servindo os senhores latifundiários. Eles representavam as condições da maior parte da população daquela região contesta, vivendo da exploração da erva-mate, pelos produtos da roça e alimentos encontrados na natureza. “Homens sem terra

construíam toscas moradias em áreas devolutas e tinham, na coleta da erva-mate, o principal ganha pão” (AURAS, p.31). Segundo Auras, a composição social da região correspondia por um grupo menor de pessoas, que tinham a posse de extensos pedaços de terras e, de outro lado, por um grupo maior de ervateiros, peões-ervateiros e agregados. Neste mesmo sentido, Auras complementa:

Na década 1900-10, a população de Santa Catarina girava em torno de 500.000 indivíduos, sendo que na região contestada havia cerca de 50.000 moradores. Destes 50.000, obviamente, era diminuta a quantidade daqueles que dispunham da propriedade legal da terra, cuja dimensão fosse capaz de lhes garantir, naturalmente, poder econômico-político (AURAS, 1984. p.35).

A construção de uma estrada de ferro conectando os influentes estados brasileiros de São Paulo e Rio Grande do Sul, concedida pelo governo federal, e a implantação de uma madeireira, tornou a situação dos caboclos ainda mais preocupante. Uma extensa faixa de terra correspondente a 30 km de cada lado da linha férrea, localizada nos estados de Santa Catarina e Paraná foi desapropriada. Sobre a ferrovia, Auras coloca:

Em 1889, os técnicos apresentaram o relatório do trabalho, onde a estrada aparece já traçada, numa extensão de aproximadamente 1.400 km. A ferrovia iria rasgar vastas porções de férteis terras devolutas, sobretudo na área compreendida entre o sul do rio Iguaçu e Passo Fundo (RS). Abundavam na área os ervais e as árvores fornecedoras de madeira, sobressaindo, pela quantidade, o pinheiro (AURAS, 1984. p. 35).

Para a realização da construção na ferrovia brasileira Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande foi contratada a corporação proveniente dos Estados Unidos, Brazil Railway Company, do empresário Percival Farquhar. O grupo Farquhar arquitetou muitas empresas no Brasil, entre elas, “[...] construção e exploração do porto de Belém; construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, criação da Companhia de Navegação do Amazonas, que passou a dominar o transporte fluvial naquela área [...]” (AURAS, 1984, p. 36). Além da via férrea, duas poderosas serrarias foram instaladas na região do contestado, que levaram para os Estados Unidos grande quantidade de madeira nativa, pertencentes ao mesmo empresário norte-americano.

Num primeiro momento, a obra envolvendo a estrada de ferro, acarretou desespero por parte dos trabalhadores rurais atingidos pelas terras desapropriadas.

Entretanto, logo após a obra atraiu intensa migração de trabalhadores para esta região e empregou muitos habitantes locais. Conforme ressalva Boris Fausto em sua obra “História do Brasil”, (2002, p. 296), os “[...] trabalhadores rurais expulsos da terra pela construção de uma ferrovia e por uma empresa madeireira e gente que tinha sido recrutada na construção da ferrovia, ficando novamente desempregada no fim de seus contratos”. Com isso, constatou-se que da mesma maneira que atraiu e gerou trabalho, com o fim da construção, muitas pessoas ficaram sem emprego e sem terra:

Uma opinião bastante difundida entre os pesquisadores da Guerra do Contestado é a de que diversos fatores concorreram para a eclosão do movimento, e a tentativa de fornecer uma explicação coerente, baseada exclusivamente no problema de apropriação de terras resvala para uma análise de superfície. A própria heterogeneidade dos agrupamentos rebeldes denuncia a existência de interesses e motivos muito distintos, embora seja evidente o estabelecimento de uma aliança em função do objetivo comum de derrubar a República, aniquilando as estruturas de mando na região (GALLO, 1999, p. 96).

Portanto, avalia-se que a situação econômico-social dos caboclos na região do Contestado era muito difícil, assinalada por intensa pobreza: “Os caboclos despojados de suas terras vagueavam pelos sertões em busca da sobrevivência” (FACHEL, 1995, p. 53). Sem quaisquer expectativas de melhoras da situação vigente, dominada pelos coronéis e complicada pela estrutura fundiária, os camponeses encontraram no misticismo a possibilidade de uma vida digna.

Mais uma vez, nos deparamos com um contexto social fragilizado, resultado de falta de organização política. Apesar da considerável distância física existente entre os três grupos até então analisados, constata-se que a situação da população envolvida era similar, registrando falta de condições em todos os setores.

Conforme cita José Fraga Fachel, em sua produção “Monge João Maria: recusa dos excluídos” (1995, p. 52), referindo-se aos primeiros anos após a proclamação da República, num “contexto de espoliação, de abandono do povo rural, é que o Monge João Maria de Jesus exercia o ministério que se impôs. Representava ele um lenitivo, um consolo e uma esperança para os oprimidos. João Maria se identificava com eles e eles com João Maria”. Neste sentido, percebe-se uma identificação correspondente a citação com a situação dos camponeses às

vésperas do movimento do Contestado, distinguindo apenas na identificação do monge.

O referido Monge João Maria faz parte da história relativa aos três monges que estiveram na região sul. Os três profetas que peregrinaram nesta região, tinham costumes característicos do messianismo. Segundo Gallo (1999), depois do primeiro monge, João Maria sucederam-se mais dois andarilhos, profetas e curandeiros, um de mesmo nome e o último, conhecido por José Maria. O primeiro deles era o monge João Maria d'Agostinho que nasceu em 1844 na Itália. O terceiro monge José Maria que apareceu em Campos Novos, por volta de 1911, foi figura marcante no movimento do Contestado e foi muito confundido pelo primeiro monge, João Maria d'Agostinho. Segundo Marli Auras:

José Maria provinha da região de Irani (hoje município do oeste catarinense), área ao sul de Palmas (PR), cuja posse era reivindicada pelo governo paranaense [...] A fertilidade das terras do Irani havia chamado a atenção, anos atrás, do monge João Maria que, em suas andanças pelo interior, não deixou de propagar este fato. Aquela região, assim, passou a ser assediada por muitos posseiros que lá se fixaram. Ali estabelecido, José Maria, graças a seu trabalho de curandeiro, passou a ser bastante admirado e procurado (AURAS, 1984. p. 58).

Na produção de Maria Isaura de Queiroz, consta uma análise mais detalhada da procedência do monge:

Averiguou-se depois que se chamava Miguel Lucena de Boaventura, desertor do 14 Regimento de Cavalaria de Curitiba, que em Palmas começara a agir como curandeiro ou "profeta", tendo então sido preso por homicídio, ou por atentado à moral. Fugira da cadeia e fora aparecer em Curitiba, exercendo atividades de curandeiro. Várias curas bem sucedidas aumentaram-lhe o renome, e então retomou inteiramente as atividades de seu predecessor, cujo exemplo seguiu quase por completo (QUEIROZ, 1976, p. 271).

Atraídos pela crença de que o novo monge seria o substituto do monge João Maria, a população sertaneja da região do Contestado, se concentrou a sua volta, em busca de orientação. Diferente dos outros dois monges que habitam anteriormente a referida área, monge José Maria sabia ler e escrever, fazendo anotações e consultas em seus blocos, contando histórias de seu admirado Carlos Magno:

José Maria, como raros outros moradores do Contestado, gozava do privilégio de saber ler e escrever. Os sertanejos tinham especial interesse

em ouvi-lo contar as fanáticas proezas do imperador Carlos Magno e seus doze mais valentes cavalheiros (AURAS, 1984. p. 61).

O monge José Maria, da revolta do Contestado, não era um curandeiro, mas quando as pessoas o procuravam em busca de ajuda, depois de ouvidas, ele consultava um caderno o qual continha várias anotações referentes a ervas medicinais. Os sermões consistiam, “[...] os dias transcorriam com José Maria dirigindo terços, receitando ervas e descrevendo inúmeros prodígios do grande cristão Carlos Magno e sua invencível guarda” (AURAS, 1984, p. 61).

No Contestado, “Atanás Marcaf, o segundo João Maria, anunciava o fim do mundo. Dizia que esta calamidade maior viria precedida de muitos castigos de Deus, como pragas de gafanhotos e de cobras [...]” (QUEIROZ, 1966, p. 59). A crença do final dos tempos, também é defendida pelos outros movimentos messiânicos estudados neste trabalho, característica comum entre eles.

Juntos, monge José Maria e seus adeptos abrigaram-se em Taquaruçu, formando um reduto. Todavia, como não desejados no local, regido pelo coronel Francisco de Albuquerque, foi delatado ao governo estadual, “[...] o Coronel Chiquinho denunciou o agrupamento de Taquaraçu como subversivo e monárquico, pedindo garantia e tropas” (QUEIROZ, 1976, p.271). Um contingente logo foi enviado, mas não chegou a tempo de contatar com o grupo. “[...] José Maria resolveu bandear-se para os lados do Irani, cujos habitantes lhe dariam guarida” (AURAS, 1984, p.63). Grande multidão acompanhou o religioso, se negando a deixá-lo:

O Irani constituía a parte sul do município de Palmas, sob administração para paranaense, e fazia fronteira com o Rio Grande. Além dos campos ali existentes, o terreno era acidentado, coberto de matas virgens e de faxinais. Deparavam-se montanhas e vales profundos, despenhadeiros e cavernas. Havia quem dissesse que a terra era fertilíssima (QUEIROZ, 1966, p. 95).

Em Irani:

O governo do Paraná, porém, se alarmou com a penetração daquele bando façanhudo em seu território, quando ia acesa uma questão de limites com o Estado de Santa Catarina; o acontecimento foi interpretado como uma invasão catarinense, tentando tomar à força o território em litígio (QUEIROZ, 1976, p. 271).

No dia 22 de outubro de 1912, uma tropa do Regimento de Segurança do Paraná, coordenada pelo comandante João Gualberto, investe contra o acampamento dos religiosos. Segundo Auras, “[...] os seguidores dos monges fizeram grandes estragos nos policiais, com seus facões e espadas de pau e com as armas de fogo de que dispunham”, “Entre mortos e feridos, um terço das forças policiais foi destruído. Muitos sertanejos também morreram [...]” (AURAS, 1984, p.69). Nesta ação, definida como batalha do Irani, morreram em combate os líderes dos dois grupos antagonistas envolvidos, o comandante João Gualberto e o monge José Maria.

José Maria foi enterrado de uma forma não convencional, ao invés de colocar terra em sua cova, foi posto tábuas. Seus seguidores acreditavam que ele não havia morrido que ressuscitaria em seguida. Referido acontecimento, sustenta a relação com mais uma particularidade messiânica, a crença na ressurreição.

Os remanescentes da batalha do Irani, fugiram e, anos mais tarde, identificou-se a existência de novas sedes, que continuavam na luta. O grupo continuava sendo orientado pelo monge José Maria através de aparições para determinadas pessoas, entre esses escolhidos estava Maria Rosa de apenas 15 anos. Conforme relata Auras:

Duas ou três vezes por semana é realizada uma procissão, da qual todos participam, em clima de grande fervor religioso. Diariamente são realizadas as “formas”, no pátio da igreja, com todos então presentes e dando vivas a São Sebastião, a José Maria e à Monarquia. Nelas é que Manoel comunica as ordens do monge e aplica as penalidades necessárias (AURAS, 1984, p. 77).

O movimento do Contestado, guiado pelo monge José Maria, possuía antipatia pelo regime republicano, como nota-se na citação anterior, especialidade comum entre os movimentos messiânicos brasileiros. Desta forma, Auras ainda coloca:

Em suas pregações, o monge declarava também, enfaticamente, que a Monarquia era a “lei de Deus” e a República era a “lei do diabo”. Esta “preferência”, é claro, não resultava de um conhecimento da especificidade política de ambos os regimes. Resultava, sim, do fato de que a república estava ligada a um contexto que espoliava e, por esta razão, tinha que ser negado. Em contraposição a isso, e como única opção conhecida, surgia a monarquia [...] (AURAS, 1984. p. 51).

Os sertanejos, guiados por seu místico, separaram-se e formaram redutos munidos de frágil proteção. Membros do grupo também se estabeleciam no meio da floresta, com fins de defesa e coleta de informações. Conforme analisa Queiroz:

Os redutos maiores foram Taquaraçu, Caraguatá, Santa Maria (o mais celebre e o maior deles, Tamanduá. Mas além desses verdadeiros centros mais o menos fortificados, havia grande número de menores, espalhados pelo mato, e servindo em geral de defesa ou de guarda-avançada aos outros: Santo Antônio, Pedras Brancas, Corisco, Timbózinho, Perdizes Grandes, etc. [...] De um reduto central partiam as ordens, que eram obedecidas por todos; e este núcleo servia também de refúgio aos componentes dos pequenos redutos quando se viam ameaçados (QUEIROZ, 1976, p. 275).

Logo que fora localizada a nova sede, segundo Queiroz, “O governo federal, alertado, decidiu enviar verdadeira expedição militar sob o comando do general Mesquita, que se notabilizara em 1897 contra os fanáticos de Canudos” (QUEIROZ, 1976, p.273). Neste momento o governo federal, administrado por Marechal Hermes da Fonseca, caracterizado por medidas de repressão ao messianismo, sôfrego por acabar decisivamente com esta guerra, disponibiliza seu poderio militar para abater as fortalezas existentes.

Inúmeros ataques das tropas federais e estaduais foram registrados contra os redutos, assim como dos remanescentes contra a propriedade privada. Caracterizados por sucessos e insucessos das expedições, resultando na morte de muitos combatentes de ambos os lados. Contudo, o movimento messiânico continuou resistindo aos ataques e defendendo suas convicções.

No final do ano de 1914, liderado pelo General Setembrino de Carvalho, Conforme aponta Queiroz, “[...] enviada uma força sob o comando do general Setembrino de Carvalho, conseguiu, depois de cerco que durou mais de um mês, penetrar no reduto, encontrando-o vazio. Por sua vez, o general Setembrino deu como terminada sua tarefa” (QUEIROZ, 1976, p. 273). Porém, os integrantes do movimento encontravam-se dispersos na mata, orientados por Adeodato, receptor das mensagens do monge José Maria, com isso a guerra se estendera por mais algum tempo.

As batalhas decisivas para a finalização da Guerra do Contestado deram-se no ano de 1915, os redutos foram arrasados pelos ataques das tropas federais e

estaduais, munidas de força bélica. Devido ao cerco que consistia em bloqueio de penetração de produtos de subsistência nos alojamentos, problemas como fome e a epidemia de tifo, atingiram os sertanejos, isso fez com que muitos morressem ou ainda se rendessem.

Remetendo-se aos momentos finais na revolta, Marli Auras coloca:

Menor sorte tiveram os sertanejos que não se apresentaram às autoridades de Canoinhas. Após a destruição do reduto de São Pedro, Vieira da Rosa ordenou aos seus homens que percorressem a região em busca dos caboclos fugitivos [...] cenas de fuzilamento sumário foram repetidas nos dias seguintes. Ao todo, 167 sertanejos tiveram tal fim. Os corpos eram queimados em fogueiras de grimpas de pinheiros (AURAS, 1984, p. 149).

Conforme mencionado anteriormente, atitudes bárbaras fizeram parte desta história de resistência da população sertaneja do Contestado, assim como dos outros movimentos abordados neste capítulo. Os caboclos foram literalmente caçados pelo poder da ordem e muitos tiveram um fim trágico.

De 1912 a 1916, a Guerra do Contestado, representou a resistência de um grupo sertanejo, caracterizado pela origem miserável e afastado do resto do país. Manipulados por uma estrutura coronelista, encontraram no misticismo a esperança de dias melhores. A irmandade foi repreendida e posteriormente extinta, por defender valores como, por exemplo, a igualdade entre todos. Os caboclos da região do contestado perderam a guerra contra o poder central, sendo enfim demarcadas a fronteira entre os estados de Santa Catarina e Paraná, firmando o domínio dos latifundiários.

Constata-se, com estudo das referências acerca dos movimentos messiânicos dos Muckers, Canudos e Contestado, que a estrutura das forças militares invocadas para o combate encontravam-se um tanto desorganizadas. Em alguns momentos, as atitudes tomadas pelas mesmas, demonstram fragilidade e despreparo.

Os três movimentos citados anteriormente tinham suas ações conduzidas por um líder “messias” que se destacava intelectualmente do grupo. O líder era considerado sagrado para os integrantes do grupo, e previa a eminência do fim do mundo.

Ao analisarmos referidos movimentos, entende-se que medidas desnecessárias foram tomadas para de fato, eliminar o grupo defensor de novas práticas religiosas. Medidas autoritárias, sem justificativa de localização geográfica ou temporal.

4 OS MONGES DE PINHEIRINHO E SUAS RELAÇÕES COM OS MOVIMENTOS DOS MUCKER, CANUDOS E CONTESTADO

Neste capítulo, estão contidas informações referentes ao movimento messiânico ocorrido no interior do Rio Grande do Sul, Os Monges de Pinheirinho. Assim como uma análise comparativa de referido movimento, com os grupos messiânicos Mucker, Canudos e Contestado.

No Vale do Taquari, interior do Rio Grande do Sul, na localidade denominada Pinheirinho, no município que hoje pertence a Roca Sales, um grupo de cunho messiânico esteve presente no período da passagem do século XIX para XX. Destaca-se o ano de 1902, como auge dos acontecimentos, envolvendo o grupo messiânico e a comunidade local composta pelos municípios de Roca Sales, na ocasião denominada Conventos Vermelhos, pertencente ao município de Estrela, Encantado (distrito de Lajeado) e Muçum, na época, território de Guaporé (ANEXO A e B):

Local coberto por densas matas e de capoeiras baixas, entremeadas por pequenas clareiras, à margem esquerda do Rio Taquari situado a uma distância aproximada de seis – quilômetros ao norte de Encantado a uns quatro de Muçum. – Em uma clareira do mato, numa pequena valada entre duas montanhas, bem ao lado de onde hoje se encontra a “ESCOLA RURAL PINHEIRINHO”, foi o local escolhido pelo grupo de fanáticos, conhecidos por monges, para instalar seu acampamento (FERRI, 1975, p. 50).

A bibliografia referente ao tema é escassa, porém, nas poucas obras existentes a informação que predomina sustenta a ideia que integrantes do referido movimento seriam remanescentes dos mucker, fugitivos do Ferrabraz que logo

teriam se instalado na Linha Bastos. Segundo Fachel, “outros Muckers, posteriormente se aglutinaram em Pinheirinho, na época (1902), dentro do território de Encantado-RS, mas administrativamente subordinado ao município de Estrela” (FACHEL, 1995, p. 59). Ao analisar Os Monges de Pinheirinho, Verdi aponta, “o Monge Chico, fora um discípulo incontestado dos Muckers fugitivos do Ferrabraz [...] O grupo, composto de alguns Muckers, caboclos, homens de cor, criminosos foragidos da justiça [...]” (VERDI, 1987, p. 69). Com as mesmas convicções, na Entrevista B (p.1) é citado o seguinte: “Primeiramente eu quero te dizer o seguinte, que eram remanescentes dos muckers [...]”. Ressalvamos, no entanto que as referidas informações não são amparadas por documentação oficial, mas sim por hipóteses.

Na obra de Gino Ferri consta um mapa (ANEXO C) onde está assinalado o possível trajeto feito pelos remanescentes dos Muckers, deste a Linha Bastos até Pinheirinho. Segundo informações de fontes orais e da obra de Ferri, os fundadores do grupo de Pinheirinho, chegaram ao referido local a partir de 1900, pelo Rio Taquari com um lanchão, “transportados pelo Ex-Mucker Guilherme Maurer” (FERRI, 1975, p.61), “[...] vinha periodicamente pra Pinheirinho com um lanchão e trazia muitas vezes armamento e trazia víveres, pra eles passarem os dias”, E B (15/08/11, p.1). Um membro de destaque foi João Enéias, divulgador dos “milagres” realizados pelo monge chefe, além de aconselhador do mesmo. Com o passar do tempo, o grupo atraiu famílias inteiras, diversos caboclos, foragidos da justiça ou ainda pequenos produtores, que viviam em situação de pobreza.

A estrutura das acomodações dos monges de Pinheirinho se resume em uma choupana principal, onde residia o monge líder, além de várias outras cabanas menores, pertencentes aos adeptos. Nem todos os seguidores moravam no local, muitos conservavam suas propriedades enquanto seguiam a nova crença.

Referida composição possui características relacionadas tanto com os Muckers como com o movimento de Canudos. O fato de muitos adeptos dos Monges de Pinheirinho ainda manterem suas propriedades paralelas ao grupo, é um ponto que se assemelha aos Muckers. O acolhimento de pessoas que abandonaram suas vidas para seguir uma nova crença, muitas vezes correspondente a famílias inteiras, é uma característica comum com Canudos.

A existência de uma mulher que exercia uma posição destacada, provavelmente orientadora espiritual, é um fato levantado pelas fontes orais, porém não confirmado pelas referências bibliográficas, exceto pela matéria do jornal *O Estado de São Paulo*: “Não há tampouco registros da fisionomia de Cananéia, a enigmática mulher que teve papel importante no movimento. É possível que ela tenha participado de decisões militares, o que daria uma nova feição à revolta da margem do Taquari” (São Paulo, 2011). Segundo populares, a mesma tocava um sino, ouvido no outro lado do rio, no caso a atual cidade de Muçum, que possivelmente o som significava algum acontecimento.

O grupo dos Monges do Pinheirinho teve esta denominação, conforme a obra de Gino Ferri (1975), devido ao fato de o monge chefe e a maioria de seus seguidores usarem longas barbas, como também, por encontrar-se localizados num espaço denominado Pinheirinho. Os colonos tinham como líder o monge João Francisco Maria de Jesus, conhecido também como monge Chico, o responsável pelas curas. Segundo a Entrevista A (20/04/11, p.1), realizada com um dos descendentes do grupo: “[...] com o passar dos dias com as curas que ele se dizia que ia realizando, foi conquistando adeptos e foi se acumulando número de pessoas ali na localidade de Pinheirinho [...]”. Gino Ferri aponta que, grande “número de pessoas acorriam a ele, vindas de toda a parte, aonde sua fama já chegara, ultrapassando o número de 200, os fiéis que se acercavam para ouvi-lo, em determinados dias” (FERRI, 1975, p. 59). A descrição do monge Chico, prestada pelo entrevistado, vem ao encontro da descrição contida na obra de Ferri.

Considerando as precárias condições sociais existentes em referido período, a notícia da existência de uma pessoa que possui o poder de curar representa amparo para as dificuldades de saúde. Da mesma maneira ocorreu nos outros três movimentos messiânicos analisados, Mucker, Canudos e Contestado, as curas milagrosas fizeram parte do contexto dos mesmos.

Temas como a religiosidade, sentimentos e rituais, contidos nos grupos acima referidos, fazem parte da história das mentalidades, conforme analisa Ronaldo Vainfas em sua obra “História das Mentalidades e História Cultural” (1997). O autor ainda apresenta a história cultural como outro refúgio das mentalidades, surgindo como o objetivo de ajustar as deficiências teóricas de referida história. Dentre tantas

características da história cultural, que estão relacionadas com o presente trabalho, destaca-se:

[...] a sua preocupação em resgatar o papel das classes sociais, da estratificação, e mesmo do conflito social, característica que sem dúvida a distingue da história das mentalidades, pelo menos daquelas versões limitadas de descrever a vida cotidiana ou a apreçoar que a mentalidade é algo comum ao conjunto da sociedade, não importando o lugar ocupado por indivíduos ou grupos na estratificação social (VAINFAS, 1997, p. 149).

“O Esboço Histórico da Brigada Militar de Porto Alegre” (1918), de Miguel Pereira, remete-se a nota de jornal do *Correio do Povo*. Através da mesma pode-se ter uma ideia de como o grupo estava sendo visto, além de possibilitar a comparação de dados que em momentos concordam e em outros discordam das fontes analisadas:

Do *Correio do Povo* de 7 de maio: - No lugar denominado Mussum, município do Lageado, existe um bando, chefiado por certo capuchinho, chamado Munche e que ali reside há alguns meses. A' noute, Munche costuma reunir a sua gente, calculada em numero aproximado a duzentas pessoas, entre homens, mulheres e crianças. Junto a uma cruz por elle colocada em determinado ponto, os crentes da nova seita acendem velas, e fazem as suas orações. Esta gente está de tal modo fanatizada por Munche, que todos o apelidam de Nosso Deus, Nosso Pae! O bando está reunido, segundo nos informam, há cerca de cinco meses. E' elle muito conhecido pelos caixeiros viajantes que o apelidam o seu chefe de José Conselheiro. Algumas folhas alemãs desta capital já tratam há meses da reunião dessa gente. José Munche, o capuchinho, diretor do bando fanático, é ainda moço (PEREIRA, 1918, p. 49).

A cruz supostamente usada pelo monge Chico e o apelido dado ao mesmo de “Nosso Deus, Nosso Pae”, assim como a sua descrição como moço, não correspondem às informações de fontes como de Ferri e Machado. Todavia, não se pode desconsiderar estes dados, já que a história nos possibilita mais de uma interpretação.

Ao analisarmos os quatros movimentos messiânicos, nos embasamos em Jacqueline Hermann (2003), que considera a religião fundamental para a organização dos grupos. Isto, em nosso ponto de vista procede, pois através da crença religiosa dos movimentos analisados foram gestados, nasceram e se desenvolveram.

Em uma época em que as informações ocorriam de forma lenta, confusa e limitada, em uma sociedade tipicamente de colonizadores italianos, o medo do desconhecido, o incompreensível, fez com que parte da população local acreditasse que o grupo se travava de um bando de fanáticos e malfeitores, como escreve Gino Ferri: “Bandidos, assassinos, ladrões e fanáticos, e muitos outros adjetivos pejorativos se ouviam por muitos anos das pessoas que, direta ou indiretamente, foram envolvidas nos funestos acontecimentos [...]” (FERRI, 1975, p. 55). O trabalho de André Luiz S. Pereira também contribui com esta idéia. Dizia-se, com pavor, que aqueles barbudos, de longas cabeleiras, também roubavam e matavam. E que entre eles havia não só criminosos foragidos como antigos seguidores dos *Muckers*, cuja lembrança atemorizava os colonos na região (PEREIRA, 1981, p.70). Na entrevista A (20/04/2011, p.1), encontra-se uma visão que se contrapõe ao que é informado por André Pereira e Gino Ferri:

Eles não eram perigosos, eles eram na verdade falsários, que se diziam poderosos, curadores de doenças que dificilmente seriam curadas, até pela dificuldade da medicina da época. Eles tinham outra crença, na verdade eles acreditavam em Deus, nos santos. Tinham sua crença, mas eles não eram agressores, bandido ou ladrão, eles sobreviviam daqueles milagres que diziam que faziam (E A, 20/04/ 2011, p. 1).

Os meios de subsistência deste grupo messiânico eram a pesca e caça, cultivo de produtos como o milho e a mandioca, como também as doações dos fiéis favorecidos com as orientações do monge chefe. Moradores das redondezas, pequenos agricultores, começaram a advertir a falta de produtos, logo, identificando-os como causadores dos furtos. Conforme aponta Maria Lisane Machado, em seu trabalho de Conclusão de Curso, “Os Monges do Pinheirinho: a outra face” (2010), “Havia também boatos de que os monges andavam por ali, roubando aves, animais e produtos da lavoura de vários moradores locais. Foram muitas as denúncias de comerciantes e colonos das localidades vizinhas, o que contribuiu para dar início ao conflito” (MACHADO, 2010, p. 12). A notícia recebida na vila de Encantado, de que os monges pretendiam investir contra o comércio de José Colombo, situado a poucos quilômetros de Pinheirinho, fez com que as autoridades das comunidades envolvidas tomassem providências.

Conforme analisa Ferri (1975), o subdelegado de Encantado e da antiga Conventos Vermelhos, Guerino Lucca e Napoleão Maiolli, reunidos, resolvem

solicitar orientações do subchefe de polícia de Estrela, Coronel Ramiro de Oliveira. O mesmo aconselha tomar contato com a vida dos monges, recolhendo informações. Com isso, ficou estabelecido que um grupo faria contato com os membros da nova seita.

Ainda, segundo Gino Ferri, em 03 de maio de 1902, um grupo de moradores que se voluntariaram para que juntos com os dois subdelegados contatassem com os monges, com intuito de obter esclarecimentos referentes às suas intenções. Conforme Lauro Nélon Fornari Thomé (1964, p. 109) levaram “consigo pistolas, espingardas e alguns fuzis de repetição”. A diligência estava composta por Napoleão Maiolli, escolhido como chefe da expedição; Pedro Rotta, imigrante italiano muito amigo de Napoleão; Pedro Turella, vizinho de Rotta, agricultor e proprietário de uma pequena fábrica de caramelos; Sargento Antônio Vispo, pertencente à Milícia Municipal de Estrela; Guerino Lucca, subdelegado de Encantado, um dos sete irmãos pertencentes a uma das primeiras famílias de colonizadores italianos; João Lucca, encantadense fabricante de bebidas; João Sanna, imigrante italiano que a exercia a profissão de marceneiro; Pedro Mottin, fabricante de utensílios domésticos e ferramentas para agricultura, também era imigrante italiano; João Ferri, comerciante, sócio do hotel; Sílvio Luccanon, mais tarde desempenhou a função de subdelegado; Olderigi Bigliardi, comerciante descendente dos primeiros imigrantes colonizadores de Encantado; Eduard Satler, imigrante alemão viajante comercial de uma empresa de Porto Alegre. (FERRI, 1975). Após horas de viagem cruzando a mata e rios, a expedição chega ao acampamento dos monges. As autoridades policiais tomam a frente, enquanto os outros componentes ficam na resguarda, logo perguntando aos monges quais eram as suas intenções naquele lugar.

Para Thomé:

Ninguém soube esclarecer se houve resposta ou não. O certo é que do interior da barraca saiu João Enéias e daí alguns segundos foi detonado o primeiro tiro. Quem foi o autor também é mistério. Com isso a luta foi iniciada. Os tiros eram ouvidos em Encantado. No acampamento a confusão era geral. Das pistolas e fuzis, passaram à fase das espadas e facões, inclusive porretes (THOMÉ, 1964. p. 109)

Segundo Ferri:

Conversa de um lado, respostas de outro, os ânimos foram aos poucos, se alterando, até que esgotados todos os meios de persuasão, e vendo que era inútil insistir, Napoleão Maiolli, fazendo valer sua autoridade policial, finalmente declarou que, naquelas circunstâncias, de acordo com as instruções de seus superiores, via-se na contingência de prender os fanáticos, solicitando aos que ali se encontravam, que se rendessem e, voluntariamente, os acompanhassem até a subdelegacia, dando-se a ordem de prisão: - “ESTEJAM PRESOS !” (FERRI, 1975, p. 100).

Ao analisar as publicações da imprensa da época, o “Esboço Histórico da Brigada Militar” (1918), destaca o jornal *A Federação*, informações referentes ao movimento:

Na Federação de 6 de maio: - Chegára ao conhecimento do Governo do Estado que o municipio do Lageado achava-se reunido e acampado um grupo de malfeitores. Em virtude dessa comunicação seguiu para lá, ha poucos dias, o sub-chefe de policia da região, coronel Ramiro de Oliveira, que, auxiliado pelo intendente do municipio, coronel Oscar Karnal, se pôs no encalço da quadrilha, levando uma escolta ao mando dos subdelegados Napoleão e Querino Lucca. Os bandidos ocupavam a casa do chefe João Enéas. À escolta foi dividida em duas partes, ficando uma na margem do rio, com o fim de cortar a retirada aos malfeitores. A outra atacou o grupo. Os bandidos em numero superior a 30 resistiram em casa, á bala, e, saindo depois, travaram á arma branca. Morreram o caixeiro viajante desta capital Eduard Satler, que voluntariamente se incorporou na escolta, e João Lucca, industrialista residente no Encantado. Acham-se gravemente feridos João Ferreira e Pedro Montini, também do Encantado. Julga-se que o subdelegado Querino, não tenha ainda aparecido, esteja no mato ferido. Os bandidos perderam oito homens, morrendo um filho de Antonio Enéas, chefe da quadrilha, a qual mudou de acampamento (PEREIRA, 1918, p. 49).

Após o primeiro conflito entre monges e representantes de Encantado e região, os componentes do grupo dos monges tiveram que se deslocar para se proteger de um novo ataque (ANEXO D), com isso “[...] organizaram então seu acampamento nas encostas da montanha, mais ao norte de Pinheirinhos, nas proximidades de uma grande gruta de pedra, encravada no morro, mais precisamente, nas terras que hoje pertencem ao senhor Juvelino Joanella” (MACHADO, 2010, p. 14). Os que não conseguiram fugir permaneceram até a chegada dos combatentes da Brigada Militar de Porto Alegre.

Este conflito acarretou a morte do grupo de moradores de João Lucca e Eduardo Satler, componentes do grupo de moradores da região, além de oito óbitos da parte dos monges, os quais não identificamos. Iniciou, então, uma história de duelos e mortes, sendo necessária a participação da Brigada Militar. “Em virtude de taes successos embarcou para o alto Taquary, a ala esquerda no 1º batalhão de

infanteria, sob o commando do major Juvencio Maximiliano Lemos, afim de bater os fanaticos, agora atentando contra a ordem publica”(PEREIRA, 1918. p.50). O jornal *O Taquaryense*, notifica a presença da Brigada Militar em Encantado, conforme segue:

A marcha deste contingente da Brigada prende-se aos successos recentemente occorridos no Encantado, municipio de Lageado, entre uma quadrilha de bandidos composta de algumas dezenas de homens, que infesta aquella região, e a escolta que os foi bater, de cujo encontro resultou a morte de dois homens desta, além de outros feridos gravemente e de oito dos bandidos, inclusive um filho do chefe do bando (O TAQUARYENSE, 1902, p. 3).

Em nota no *Jornal do Commercio*, de um correspondente enviado para registro dos conflitos, também foi mencionada a presença da Brigada Militar na região para controle dos messiânicos:

O Encantado – Algumas notas; Como sabem os leitores, por telegrama do nosso correspondente, que estampamos hontem á porta de nosso escriptorio, a força da brigada que d'aqui marchou para bater os bandidos e fanaticos do Encantado, já chegou a seu destino, sob o cammando do distinto major Lemos. A propósito d'esta região colhemos algumas informações que nos apressamos a transmittir aos leitores. Trata-se de um logar todo alcantinado, em que os abysmos não são raros, cheio de medonhas grotas e sittios de difficil acesso. Um dos nosso reporters ouviu hontem de bravo official do exercito uma conversa, em que o mesmo chegou a affirmar que, apezar da reconhecida bravura e intelligencia dos officiais e soldados que d'aqui marcharam, a diligencia é perigosissima. Lembro-me, disse o dito official, que eu e o Chachá, durante a revolução, luetamos lá com milhares de difficuldades para conseguirmos bater o inimigo, aliás muito reduzido em numero. Aquillo é uma trincheira difficil de escalar... (JORNAL DO COMMERCIO, 1902, p. 2).

Sob o comando do Coronel Ramiro de Oliveira, assessorado pelos guardas municipais locais, formaram uma comitiva que manteve o grupo vigiado até a chegada da Brigada Militar de Porto Alegre. Enquanto isso, o grupo messiânico, na análise de Ferri:

[...] ainda se mantinham fiéis ao chefe, passavam os dias junto a uma grande gruta, no alto do morro, encerrados numa cabana, espreitando o movimento dos brigadianos e à espera da ajuda de outros companheiros que haviam prometido se unir a eles, para defenderem a bandeira do novo “Messias”, na luta contra os infiéis, ou então esperando o momento oportuno para poderem fugir para outras terras (FERRI, 1975, p. 130).

Com a vinda do contingente da Brigada Militar, o comandante do destacamento Major Juvêncio Maximiliano Lemos, aponta em seu relatório o seguinte:

[...] tratei de dividir a força em escoltas que, sob o perímetro sitiado, iriam capturando os bandidos que tínhamos certeza não resistiriam mais, pois já pudéramos descobrir o seu segundo acampamento, donde se via que haviam saído espavoridos, deixando nele panelas, chaleiras, roupas, vitualhas, uma grande barraca em que se agasalhavam e outras canoas. Assim os tivemos sitiados e perseguidos, desde o dia em que fomos aprisionados uns, caçando outros que disparavam ao aproximar-se a força, até o dia 22, em que foi morto pela escolta que operava sob o comando do Tenente Juvenal Joaquim Teixeira, o “Monge”, chefe do grupo. Considerada terminada então nossa campanha, visto que os bandidos restantes, em numero de oito apenas, que já haviam fugido em todas as direções, alguns deles feridos e todos completamente desarmados e semi-nús, com a morte daquele individuo, ficaram sem cabeça para nova agremiação. Tratei aí de reunir a força que desde o começo das operações achava-se muito subdividida, e, no dia 23, levantei acampamento ao meio dia, vindo acampar em Encantado, onde recebi ordem vossa de recolher-me a capital [...] com a certeza de ter deixado completamente, pacificada a região colonial, cuja população encontrei alarmadíssima e que por toda a parte, em nosso regresso, recebeu-nos com ruidosas aclamações que satisfeitos recebíamos em nome do benemérito Governo do Estado (PEREIRA, 1918, p. 52).

Com isso, os monges de Pinheirinho, em um das versões, seriam causadores de desordem em municípios do Vale do Taquari e por isso foram fortemente combatidos pela força da Brigada. Os últimos integrantes do grupo se renderam, enquanto “o corpo do Monge Chefe foi encontrado sem vida”, sua sepultura foi cavada pelos companheiros apreendidos e enterrado de cabeça para baixo, para não ressuscitar (FERRI, 1975, p. 137). Já João Enéias, “intelectual da seita, conseguiu fugir” (FERRI, 1975, p.137). Muitos adeptos do monge Chico, conseguiram escapar antes e durante a investida das forças militares, enfrentando diversas dificuldades. Conforme relata um descendente dos remanescentes:

Alguns que tiveram que se manter no meio do mato, entre esses alguns que me refiro tinha o meu pai e tinha o meu vô, que seria o pai do meu pai e ai fugiram do meio do mato pra não morrer de fome e de início comiam o pelego, comeram o pelego do cavalo, e depois acabaram matando o cavalo pra sobreviver (E A, 20 de abril 2011, p. 1).

A difusão e reconhecimento de “heróis” que lutaram contra o movimento e responsável para a volta da paz nas comunidades de imigrantes italianos passou a ser uma versão bastante presente entre os regionais. “A comunidade encantadense, por intermédio de seus representantes, num preito de gratidão e reconhecimento

aos seus valorosos filhos, denominou várias ruas da cidade de hoje, com o nome daqueles que participaram do episódio histórico de Pinheirinho” (FERRI, 1975, p.144), referindo-se as ruas Edurado Sattler (ANEXO G e F), Guerino Lucca (ANEXO G) e João Lucca (ANEXO H). No entanto, constata-se que os monges, além de terem suas covas consumidas pelo tempo, ainda resta-lhes a designação de vilões da história. Diferindo da percepção de Machado:

Numa época em que ao elaborarem variantes do cristianismo, as populações oprimidas do sertão separavam-se ideologicamente das classes dominantes, procurando suas próprias vias de libertação, podemos afirmar que os monges foram completamente incompreendidos, perseguidos e sofreram as mais variadas formas de humilhações, resultando num grave conflito (MACHADO, 2010, p. 19)

Na concepção de Denise Scheid, em seu trabalho “Monges de Pinheirinho, conflito social e messiânico no Vale do Taquari”, temos:

A exemplo de Canudos, Monges de Pinheirinho e, mais tarde, do Contestado, os ideais da República se concretizaram: a manutenção da ordem a qualquer preço e o ingresso no Brasil na era do progresso, concebido a partir do trabalho dos imigrantes, já que os caboclos continuavam marginalizados social, política e economicamente (SCHEID, 2003, p. 75).

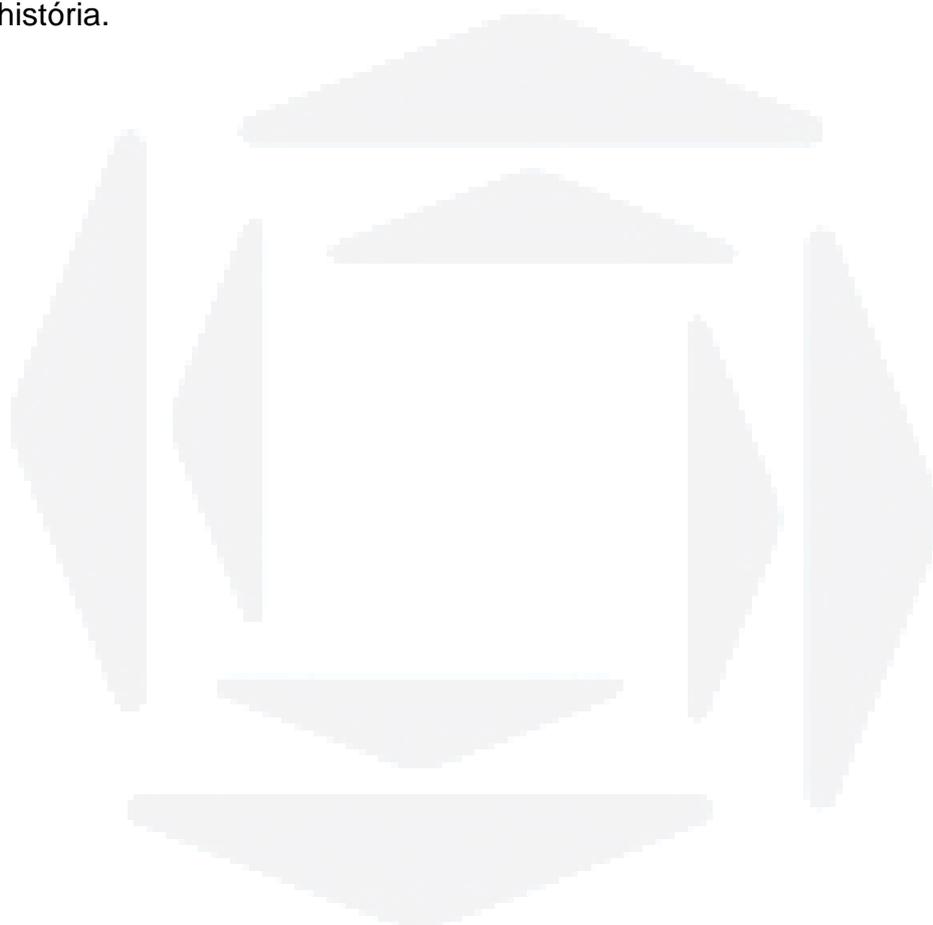
No trabalho de João Manoel, “História, fragmentos e crônicas de Conventos Vermelhos e Roca Sales” (2005), encontramos a análise de os acontecimentos envolvendo os Monges de Pinheirinho foram injustos:

É um tanto quanto misterioso o episódio dos Monges do Pinheirinho, pois, se examinarmos os fatos hoje, veremos que houve uma grande injustiça e, no mínimo, precipitação, quando autoridades despreparadas partiram para interpelação ou até para atos arbitrários que acabaram propiciando o acontecimento, que foi uma desgraça na época (MANOEL, 2005, p. 96).

Ao analisarmos o referido acontecimento e os movimentos dos Muckers, Canudos e Contestado, conclui-se que as medidas tomadas foram exageradas, ponderando apenas o objetivo de eliminar o grupo gerador das novas práticas religiosas. Não se justificam neste século, nem mesmo no século passado.

No Vale do Taquari, o movimento messiânico dos Monges de Pinheirinho teve sua atuação em breve espaço de tempo, porém, ainda faz parte das lembranças de parte da população das cidades de Encantado, Roca Sales e Muçum, envolvidas no

episódio há 109 anos. As percepções referentes ao movimento se manifestaram de formas diferentes, grande parcela da população entende o mesmo como uma ameaça aos populares da época, uma visão correspondente dos vencedores do conflito, entretanto, outra parcela visualiza como uma situação de total repressão a um grupo de caboclos excluídos pelas condições político-sociais que a vida lhes apresentava. Constata-se que a versão dos vitoriosos é a mais presente nas fontes existentes sobre referido tema, causando, de certo modo, a omissão da outra face desta história.



5 CONCLUSÃO

A história brasileira está abarrotada de lutas sociais populares que mostram suas insatisfações e seus anseios. Os movimentos sociais não são fatos isolados, através dos mesmos temas a possibilidade de compreensão e interpretação dos períodos históricos. O grupo messiânico dos Monges de Pinheirinho, assim como os demais movimentos analisados, existiu em um período em que o Brasil enfrentava dificuldades em vários setores, atingindo com maior intensidade a população mais necessitada.

O movimento dos Mucker, ocorrido no interior de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, no período de 1868 a 1873, foi um episódio que envolveu população de origem alemã abandonada nos âmbitos sociais, políticos, econômicos e religiosos. Nesta conjuntura originou-se a nova prática religiosa que amparou alguns colonos da região, enquanto os demais não aderentes se voltaram contra os adeptos. Os conflitos entre Mucker, demais colonos e brigada militar, resultaram em muitas mortes e dissolução da nova prática religiosa, combatida por terem sua crença desigual da maioria da população.

O movimento messiânico de Canudos na Bahia, ocorrido no período de 1896 a 1897, liderado por Antônio Conselheiro, é um acontecimento destacado pela história brasileira. Num contexto de miséria nas zonas rurais do nordeste, a população sertaneja depositou suas esperanças na nova prática religiosa que mobilizou o grupo a defender seus anseios até o final.

O movimento do Contestado ocorrido em territórios fronteiriços entre os estados de Santa Catarina e Paraná, no período de 1912 a 1916, envolveu a população cabocla das duas regiões, insatisfeitos com as atitudes dos governos. A luta do grupo sertanejo, caracterizado pelo messianismo, foi por trabalho para se manterem, diferente das empresas que se instalaram na região para explorar e lucrar. Os caboclos da região do Contestado não tiveram êxito, firmando-se os latifúndios e escassas oportunidades de trabalho.

Conforme apresentado na introdução do presente trabalho, buscou-se estudar o movimento messiânico “Os monges de Pinheirinho”, contextualizando e relacionando-o com os movimentos brasileiros Mucker, Canudos e Contestado. Assim como identificar características existentes entre os movimentos messiânicos brasileiros relacionando-os ao movimento dos “Monges de Pinheirinho”.

No decorrer deste trabalho procuramos responder questões referentes aos movimentos messiânicos como Muckers, Canudos, Contestado ocorridos em regiões do Brasil, assim como o Movimento Monges de Pinheirinho do Vale do Taquari.

Portanto, considera-se que a o movimento dos Monges de Pinheirinho, ocorrido no Vale do Taquari, possui muitas características em comum com os movimentos messiânicos ocorridos no Brasil, como Mucker, Canudos e Contestado. Da mesma maneira, entende-se que as percepções das comunidades pautadas com os citados movimentos messiânicos sempre foram as piores possíveis, assim como as atitudes tomadas com relação a eles.

Perante estudo elaborado pode-se dizer que os movimentos messiânicos ocorridos em todo o Brasil possuem algumas características ideológicas em comum e difere-se em outras. Geralmente refere-se a povos necessitados, que se colocam contra a situação político-social em que se encontram. A presença de um líder, citando como exemplo Antônio Conselheiro em Canudos, o monge João Maria no Contestado, Jacobina nos Muckers, e o misticismo, são peças marcantes nos grupos que se organizavam e viviam em comunidades a espera do Salvador.

Perante a pesquisa desenvolvida, conclui-se que os movimentos messiânicos dos Monges de Pinheirinho, Mucker, Canudos e contestado foram incompreendidos e conseqüentemente discriminados pela sociedade da época. Considera-se que a

população da região no qual estavam inseridos os movimentos visualizaram-nos como uma ameaça a seus bens e costumes. As vitórias foram conquistadas pelos grupos de maior poder e influência, conforme ocorre na atualidade.



REFERÊNCIAS

Documentais

ARQUIVO HISTÓRICO DA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL. **Ordem do dia n. 412, junho de 1902.** Digitalizado em 30 de março de 2011.

EA – **Entrevista A** realizada em 20 de abril 2011. Gravação em gravador digital. Duração 12 min., Encantado\RS.

EB – **Entrevista B** realizada em 20 de outubro de 2011. Gravação em gravador digital. Duração 16 min. 33 seg., Muçum\RS.

FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos municípios brasileiros.** 1959

GIARETTA, Mircele. **A nova localização do Movimento dos Monges de Pinheirinho, após o primeiro confronto com o grupo organizado pelos municípios vizinhos.** 2011. 1 fotografia color.

_____. **Localização da instalação do Movimento dos Monges de Pinheirinho.** 2011. 1 fotografia color.

_____. **Rua Eduard Satler, localizada no centro de Encantado.** 2011. 1 fotografia color.

_____. **Rua Guerino Lucca, no centro da cidade de Encantado.** 2011. 1 fotografia color.

_____. **Rua João Lucca.** 2011. 1 fotografia color.

_____, Mircele. **Túmulo de Eduard Satler.** 2011. 1 fotografia color.

JORNAL DO COMMERCIO. **O Encantado.** Porto Alegre. p.2, 8 de maio de 1902a.

JORNAL DO COMMERCIO. **Mais crimes.** Porto Alegre. p.2, 11 de maio de 1902b.

JORNAL DO COMMERCIO. **Mais crimes.** No pinheirinho – João Conselheiro e seus fanáticos - Mais detalhes. Porto Alegre, p.2 13 de maio de 1902.

O TAQUARYENSE. **Força da Brigada.** Taquary, p.3, 10 de maio de 1902.

PEREIRA, Miguel. **Esboço histórico da Brigada Militar.** Porto Alegre: Tip. da Brigada Militar. Publicado por iniciativa e sob o patrocínio do comandante geral coronel Affonso Emilio Massot. volume II. Janeiro 1896 a junho de 1918.

SÃO PAULO, Jornal O Estado De. Guerra do Pinheirinho, São Paulo, 6 de abr. 2011. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticia_imp.php>. Acesso em: 6 abr. 2011.

Bibliográficas

AMADO, Janaína. **A revolta dos Muckers.** 2 ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, [1978], 2002.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado:** a organização da irmandade cabocla. Florianópolis: Ed. UFSC: Assembléia Legislativa; São Paulo: Cortez Editora e Livraria, 1984.

CARONE, Edgard. A República Velha II. Evolução Política (1889-1930). In: CARDOSO, Fernando Henrique; FAUSTO, Boris (Direção Geral). **Corpo e alma do Brasil.** 4 ed., São Paulo: DIFEL, 1983.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHIAVENATO, Júlio José. **As lutas do povo brasileiro:** do “descobrimento” a Canudos. São Paulo: Moderna, 1988.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Imigrantes italianos: partir, transitar, chegar (1889-1930). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coordenação Geral). **História Geral do Rio Grande do Sul.** Volume 3. República. República Velha 1889-1930. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 395-418

COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia à república:** momentos decisivos. 7 ed. São Paulo: UNESP, 1999.

ELIADE, Mircea. **Lo Sagrado y lo profano.** Guadarrama: Punto Omega, 1981.

FACHEL, José Fraga. **Monge João Maria;** recusa dos excluídos. Porto Alegre; Florianópolis: Editora da UFRGS; UFSC, 1995.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 10 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002a.

_____. **História concisa do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002b.

_____. **Trabalho urbano e conflito social 1890-1920.** 3 ed. São Paulo: DIFEL, 1983.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa.** Passo Fundo: UPF, 2004.

FERRI, Gino. **Os Monges do Pinheirinho.** Encantado: Grafen, 1975.

_____. **Por que Encantado a favor de São Paulo?** Encantado. Grafen, 1998.

FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. de A. Neves (Org.). **O Brasil republicano.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 45-88

GALLO, Ivone Cecília D'Avila. **O contestado: o sonho do milênio igualitário.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

HERMANN, Jacqueline. História das Religiões e Religiosidades. In: CARDOSO, Ciro F. VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da História: Ensaios de teoria e Metodologia.** Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 329-352.

HERMANN, Jacqueline. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, J. DELGADO, L. de A. Neves (Org.). **O Brasil republicano.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.121-160

HERSCHMANN, Micael M. PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20/30.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas, SP: Unicamp, 1990.

LESSA, Renato. **A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira.** São Paulo: Vértice, 1988.

MACHADO, Maria Lisane. **Os Monges do Pinheirinho: A outra face.** 55 f. Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em História do Centro Universitário Leonardo da Vinci UNIASSELVI, 2010.

MANOEL, João. **Histórias, fragmentos e crônicas de Conventos Vermelhos e Roca Sales.** Passo Fundo: Ed. do autor, 2005.

MARTINS, Ana Luiza. **República: outro olhar.** São Paulo: Contexto, 1989.

_____, Gilberto. **Cidade de Deus: a saga de Canudos.** São Paulo: Moderna, 1996.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, J. DELGADO, L. de A. Neves (Org.). **O Brasil Republicano.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-44

PEREIRA, André Luiz S. WAGNER, Carlos Alberto. **Monges barbudos e o massacre do fundão**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 9 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

_____. **O cotidiano da república**. 4 ed. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 1998.

PETRY, Leopoldo. **O episódio do Ferrabraz os Muckers**. 2 ed. São Leopoldo, 1966.

PRIORE, Mary Del. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro F. VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da história: Ensaio de teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 259-311.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

_____, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social**. A Guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1966.

REZENDE, Antonio Paulo. **História do movimento operário no Brasil**. São Paulo: Ática, 1986.

SANT'ANA, Elma. **Jacobina: a líder dos Muckers**. Porto Alegre: Ed. AGE. 2001.

SCHUPP, Ambrósio. **Os Muckers: a tragédia histórica do Ferrabrás**. 5 ed. [1901] Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993.

SCHEID, Denise. Monges de Pinheirinho conflito social e messiânico no vale do Taquari. In: **Semina: cadernos de Pós-Graduandos do Programa de Pós-Graduação em História** Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Passo Fundo: UPF, 2003 p. 70-76

THEODORO, Janice. Canudos 100 anos depois: Da vida comunitária ao surgimento dos movimentos fundamentalistas. In: JUNIOR, B. A. ALEXANDRE, I. M. M. (Org.) **Canudos: Palavra de Deus sonho da terra**. São Paulo: SENAC, 1997, p. 123-160

THOMÉ, Lauro Néelson Fornari. **O município de Encantado através do tempo**. 1964.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. [1935] 1992.

TREVISAN, Leonardo. **A República Velha**. 5 ed. São Paulo: Editora Global, 1982.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro F. VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da história: Ensaio de teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 127-162.

VERDI, Valdemar Cirilo. **Soledade das sesmarias, dos monges barbudos, das pedras preciosas.** Soledade: s.e., 1987.

VILLA, Marco Antônio. **Canudos:** o campo em chamas. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992.

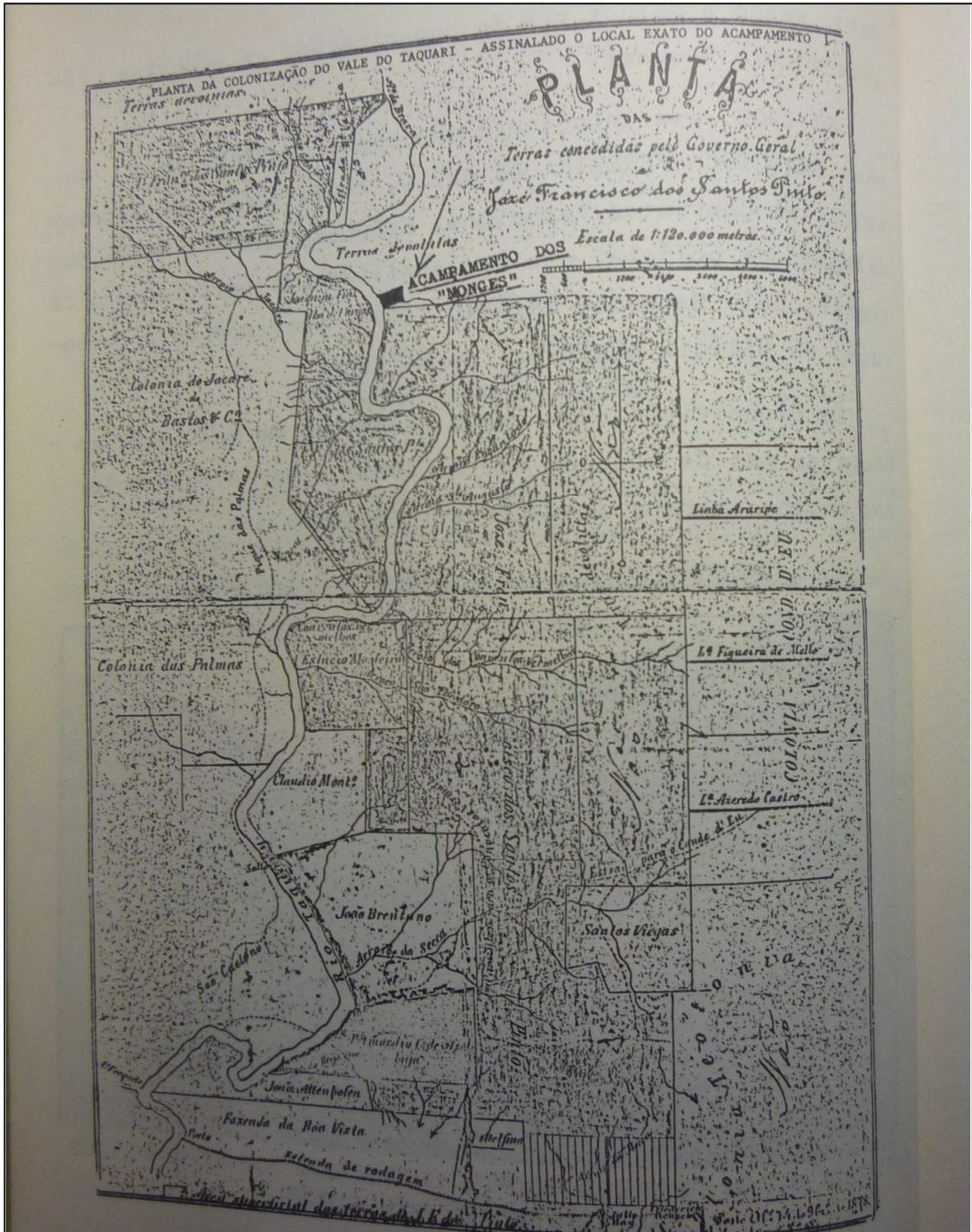




LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Localização do acampamento dos Monges de Pinheirinho através de uma Planta das Terras concedidas pelo Governo Geral, José Francisco dos Santos Pinto, datada em 1878, da colonização do Vale do Taquari.....	82
ANEXO B – Localização da instalação do Movimento dos Monges de Pinheirinho através de imagem atual, feita na RS 129.....	83
ANEXO C – Mapa da colonização do Vale do Taquari, no qual está evidenciado possível trajeto feito pelos remanescentes dos Mucker, elaborado por Gino Ferri	84
ANEXO D – A nova localização do Movimento dos Monges de Pinheirinho, após o primeiro confronto com o grupo organizado pelos municípios vizinhos, através de imagem atual, registrada da RS 129	85
ANEXO E – Túmulo de Eduard Satler, no semitério São Pedro , “Morrer por defender os amigos”, conforme escrito na lápide. Foi morto no primeiro confronto com os Monges de Pinheirinho	86
ANEXO F – Rua Eduard Satler, localizada no centro de Encantado, foi batizada em homenagem ao defensor da Vila de Encantado, morto em combate	87
ANEXO G – Rua Guerino Lucca, no centro da cidade de Encantado, denominada em homenagem ao subdelegado que combateu o movimento messiânico do Vale do Taquari	88
ANEXO H – Rua João Lucca, denominada em homenagem o defensor da Vila de Encantado, morto em combate com os Monges de Pinheirinho	89

ANEXO A – Localização do acampamento dos Monges de Pinheirinho através de uma Planta das Terras concedidas pelo Governo Geral, José Francisco dos Santos Pinto, datada em 1878, da colonização do Vale do Taquari.



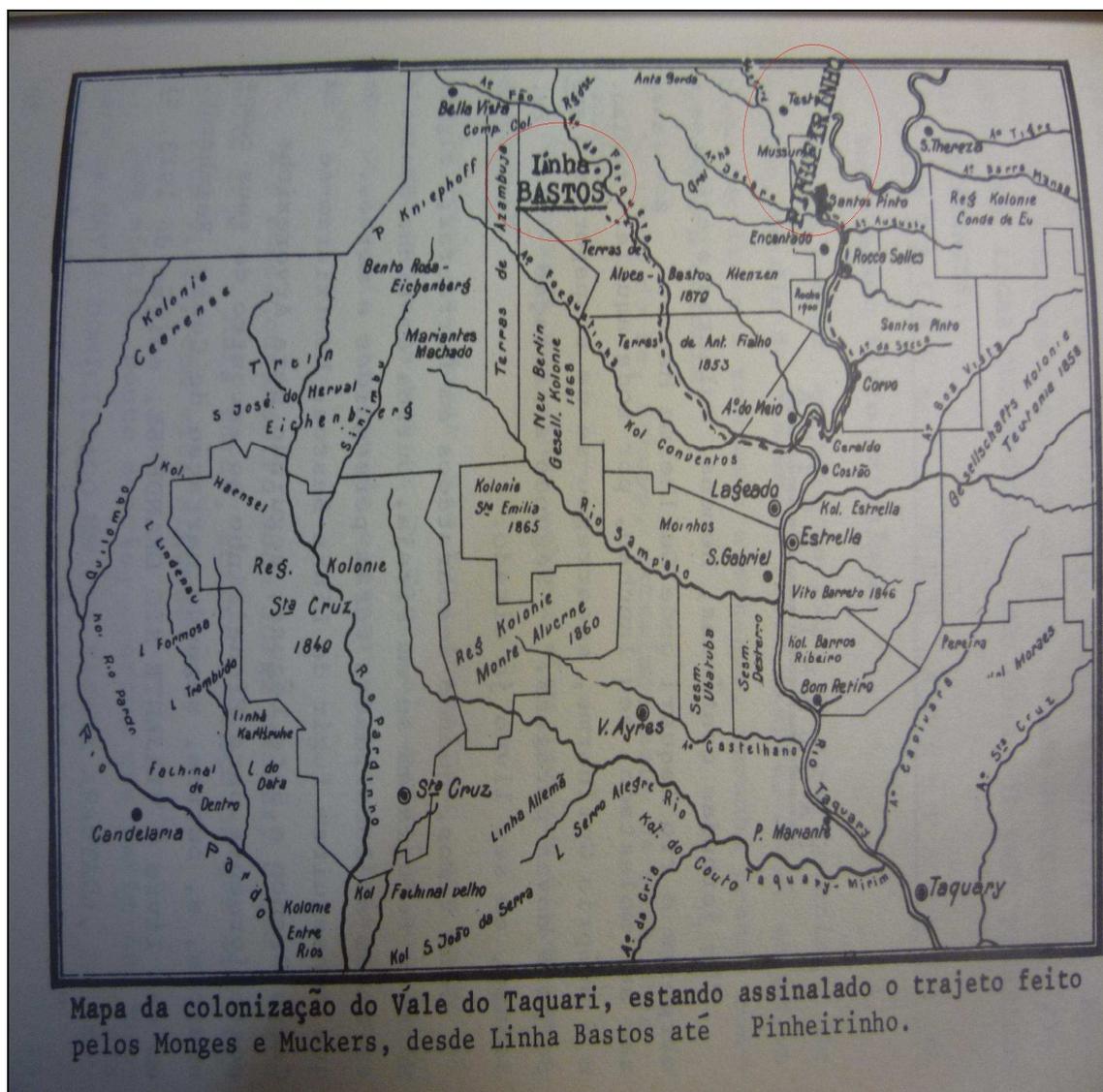
Fonte: FERRI (1975, p. 52).

ANEXO B – Localização da instalação do Movimento dos Monges de Pinheirinho através de imagem atual, feita na RS 129. O círculo indica o local aproximado do acampamento.



Fonte: Giaretta (2011).

ANEXO C – Mapa da colonização do Vale do Taquari, no qual está evidenciado possível trajeto feito pelos remanescentes dos Mucker, elaborado por Gino Ferri.



Fonte: FERRI (1975, p. 37).

ANEXO D – A nova localização do Movimento dos Monges de Pinheirinho, após o primeiro confronto com o grupo organizado pelos municípios vizinhos, através de imagem atual, registrada da RS 129.



Fonte: Giaretta (2011).

ANEXO E – Túmulo de Eduard Satler, no cemitério São Pedro de Encantado
“Morrer por defender os amigos”, conforme escrito na lápide. Foi morto
no primeiro confronto com os Monges de Pinheirinho.



Fonte: Giaretta (2011).

ANEXO F – Rua Eduard Satler, localizada no centro de Encantado, foi batizada em homenagem ao defensor da Vila de Encantado, morto em combate.



Fonte: Giaretta (2011).

ANEXO G – Rua Guerino Lucca, no centro da cidade de Encantado, denominada em homenagem ao subdelegado que combateu o movimento messiânico do Vale do Taquari.



Fonte: Giaretta (2011).

ANEXO H – Rua João Lucca, denominada em homenagem o defensor da Vila de Encantado, morto em combate com os Monges de Pinheirinho.



Fonte: Giaretta (2011).